

SAÚDE

volume
3
2024

Organização
Jader Silveira



Conectando Corpo, Mente e Espírito

SAÚDE

volume
3
2024

Organização
Jader Silveira



Conectando Corpo, Mente e Espírito

2024 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587s	Silveira, Jader Luís da Saúde: Conectando Corpo, Mente e Espírito - Volume 3 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2024. 86 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5492-098-8 DOI: 10.5281/zenodo.14498241 1. Saúde e Bem Estar. 2. Corpo. 3. Mente. 4. Espírito. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título. CDD: 613 CDU: 614
-------	--

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniesmero.com.br/2024/12/saude-conectando-corpo-mente-e-espírito.html>



AUTORES

**ALINE DAVIS DA SILVA
ALINE LIMA
BIANCA KAROLINE MILANEZ TOSIN
CAMILY SILVA
CLEITON JOSÉ LEMOS DE OLIVEIRA
FERNANDA FERREIRA
JÉSSICA MILANEZ TOSIN LIMA
LAIS DE BRITO CARVALHO
LETÍCIA DUARTE
LIVIA MARIA LIMA DE JESUS
VERA LUCY BRANDÃO
WOLNEY COSTA PARENTE JÚNIOR**

APRESENTAÇÃO

O presente volume da obra *Saúde: Conectando Corpo, Mente e Espírito*, aborda um tema de crescente relevância na contemporaneidade, na interface entre as ciências biológicas, psicológicas e sociais. O conceito de saúde, tradicionalmente restrito a uma perspectiva biomédica, tem evoluído para incorporar uma visão mais holística, que reconhece a interdependência entre os aspectos físicos, mentais e espirituais do ser humano. Este livro se propõe a explorar essa interconexão, oferecendo uma abordagem integrada que se alinha com as mais recentes evidências científicas e práticas clínicas.

Ao longo das últimas décadas, a literatura científica tem demonstrado, de forma consistente, que a saúde não pode ser plenamente compreendida sem considerar as complexas interações entre o corpo, a mente e o espírito. Estudos em neurociência, psicologia, e medicina integrativa têm revelado que fatores como emoções, pensamentos e crenças espirituais desempenham um papel significativo na promoção do bem-estar e na prevenção de doenças. Neste contexto, a presente obra emerge como uma contribuição significativa para o campo, oferecendo uma análise detalhada e fundamentada sobre como essas dimensões se interrelacionam para moldar a saúde global do indivíduo.

Este livro é dirigido a uma ampla gama de leitores, incluindo profissionais de saúde, pesquisadores, estudantes e todos aqueles interessados em uma compreensão mais aprofundada e abrangente da saúde humana. Com uma linguagem acessível, mas mantendo o rigor científico, os autores apresentam uma síntese das principais teorias, pesquisas e práticas que evidenciam a necessidade de uma abordagem integrada para a saúde. Ao fazê-lo, eles não apenas ampliam o horizonte do leitor, mas também oferecem ferramentas práticas para a promoção da saúde em sua totalidade.

A leitura de *Saúde: Conectando Corpo, Mente e Espírito* convida a uma reflexão crítica sobre as práticas de cuidado atuais, incentivando a adoção de estratégias que reconheçam e valorizem a pluralidade de fatores que influenciam a saúde. Espera-se que este livro contribua para o avanço do conhecimento e para a transformação das práticas de saúde, em direção a um modelo mais inclusivo e eficaz, capaz de responder às complexas demandas da sociedade contemporânea.

SUMÁRIO

Capítulo 1 CONHECIMENTO E LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE, CARACARAÍ/RR <i>Jéssica Milanez Tosin Lima; Aline Davis da Silva; Bianca Karoline Milanez Tosin; Lais de Brito Carvalho; Wolney Costa Parente Júnior; Vera Lucy Brandão</i>	08
<hr/> Capítulo 2 ENFRENTAMENTO DA OBESIDADE NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2022: CONTINUIDADES E MUDANÇAS <i>Livia Maria Lima de Jesus</i>	18
<hr/> Capítulo 3 POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES <i>Aline Lima; Camily Silva; Fernanda Ferreira; Letícia Duarte</i>	38
<hr/> Capítulo 4 INOVAÇÕES NO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: TECNOLOGIAS EMERGENTES E SEUS IMPACTOS NA SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE <i>Jéssica Milanez Tosin Lima; Bianca Karoline Milanez Tosin; Lais de Brito Carvalho; Wolney Costa Parente Júnior; Vera Lucy Brandão</i>	51
<hr/> Capítulo 5 VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA IDOSO: PREVALÊNCIA FATOS ASSOCIADOS <i>Cleiton José Lemos de Oliveira</i>	70
<hr/> AUTORES	84

Capítulo 1

CONHECIMENTO E LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE, CARACARAÍ/RR

Jéssica Milanez Tosin Lima

Aline Davis da Silva

Bianca Karoline Milanez Tosin

Lais de Brito Carvalho

Wolney Costa Parente Júnior

Vera Lucy Brandão



CONHECIMENTO E LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE, CARACARAÍ/RR

Jéssica Milanez Tosin Lima

*Engenheira Agrônoma, Mestra em Agronomia, Docente no Instituto de Educação e
Inovação – IEDi, jessica.mtosin@hotmail.com*

Aline Davis da Silva

Enfermeira pelo Instituto de Inovação e Tecnologia – IEDi.

Bianca Karoline Milanez Tosin

*Engenheira Agrônoma, Especialista em Extensão e Desenvolvimento Rural, Preceptora de
Estágio no Instituto de Educação e Inovação – IEDi, tosinagronomia@gmail.com*

Lais de Brito Carvalho

Engenheira Agrônoma, Mestra em Agronomia, Doutoranda em Agronomia pela UFRR

Wolney Costa Parente Júnior

Engenheiro Agrônomo de Agricultura de Roraima, Mestrando em Agroecologia pela UERR

Vera Lucy Brandão

Engenheira Agrônoma, Empresária Yu' PrimaVera, veral.rebelo@gmail.com

RESUMO

O estudo teve como objetivo realizar um levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pela comunidade de Vista Alegre, localizada em Caracaraí, Roraima, fornecendo uma visão abrangente sobre o conhecimento e uso dessas plantas. A pesquisa visou identificar as espécies mais utilizadas, documentar os métodos tradicionais de preparo e uso, além de analisar o papel das plantas no sistema de saúde local e na vida cotidiana da comunidade. Foram utilizados métodos

qualitativos, como entrevistas semiestruturadas com os moradores, observação participante e coleta de amostras para identificação taxonômica. Os resultados revelaram que as plantas medicinais desempenham um papel fundamental na manutenção da saúde, com destaque para espécies como a andiroba, usada para dores musculares, a erva-de-santa-maria, para distúrbios gastrointestinais, a carqueja, a erva-doce e o boldo, que são empregadas para tratar condições digestivas e respiratórias. O conhecimento sobre essas plantas é transmitido principalmente de forma oral, refletindo uma rica tradição cultural preservada através das gerações, especialmente pelos mais velhos, que são os principais detentores desse saber. Além de seu valor terapêutico, o uso das plantas medicinais contribui para a coesão social e a preservação cultural, reforçando laços comunitários por meio de práticas de preparação e aplicação que frequentemente envolvem atividades coletivas. No entanto, o estudo identificou desafios para a preservação desse conhecimento, como a urbanização e a influência crescente da medicina alopática, que têm levado ao desuso de algumas práticas tradicionais. A pesquisa destaca a relevância da integração do conhecimento tradicional com a medicina moderna, sugerindo que práticas tradicionais podem complementar tratamentos convencionais, promovendo uma abordagem mais holística para a saúde. O estudo contribui para a documentação e valorização das práticas tradicionais de saúde e oferece subsídios para futuras pesquisas e estratégias de conservação da biodiversidade e do patrimônio cultural local, além de incentivar ações que promovam a preservação e a transmissão desses saberes para as futuras gerações.

Palavras-chave: Etnobotânica. Conhecimento Tradicional. Preservação Cultural. Ervas Mediciniais.

ABSTRACT

The study aimed to conduct an ethnobotanical survey of medicinal plants used by the community of Vista Alegre, located in Caracaraí, Roraima, providing a comprehensive view of the knowledge and use of these plants. The research sought to identify the most commonly used species, document traditional preparation and usage methods, and analyze the role of these plants in the local healthcare system and the community's daily life. Qualitative methods were employed, including semi-structured interviews with residents, participant observation, and sample collection for taxonomic identification. The results revealed that medicinal plants play a crucial role in maintaining health, with notable species such as andiroba, used for muscle pain, erva-de-santa-maria for gastrointestinal disorders, and carqueja, fennel, and boldo, which are used to treat digestive and respiratory conditions. Knowledge about these plants is primarily transmitted orally, reflecting a rich cultural tradition preserved through generations, especially by the elders, who are the main knowledge keepers. Besides their therapeutic value, the use of medicinal plants contributes to social cohesion and cultural preservation, strengthening community ties through preparation and application practices that often involve collective activities. However, the

study identified challenges for preserving this knowledge, such as urbanization and the increasing influence of allopathic medicine, which have led to the disuse of some traditional practices. The research highlights the importance of integrating traditional knowledge with modern medicine, suggesting that traditional practices can complement conventional treatments, promoting a more holistic approach to health. The study contributes to the documentation and appreciation of traditional healthcare practices and provides insights for future research and strategies for conserving local biodiversity and cultural heritage, while also encouraging actions to promote the preservation and transmission of this knowledge to future generations.

Keywords: Ethnobotany. Traditional Knowledge. Cultural Preservation. Medicinal Herbs.

INTRODUÇÃO

O conhecimento tradicional sobre o uso de plantas medicinais é um componente essencial do patrimônio cultural em muitas regiões, especialmente onde a biodiversidade é abundante, como na Amazônia. Comunidades tradicionais desempenham um papel crucial na preservação e transmissão desses saberes, que abrangem não apenas a identificação das espécies vegetais, mas também o conhecimento sobre suas propriedades terapêuticas e modos de preparo (Albuquerque et al., 2014).

No Brasil, a etnobotânica se destaca como um campo de estudo indispensável para documentar, valorizar e preservar esse conhecimento, estabelecendo uma ponte entre o saber popular e a ciência moderna. O município de Caracaraí, no estado de Roraima, localizado na Amazônia brasileira, possui uma rica diversidade biológica. A comunidade de Vista Alegre, situada nesse município, ilustra um grupo que mantém uma relação próxima com a flora local, utilizando plantas medicinais como uma alternativa acessível e eficaz para o tratamento de diversas enfermidades.

Esse conhecimento é transmitido oralmente de geração em geração, refletindo uma rica tradição cultural que conecta os moradores ao ambiente natural (Ferreira et al., 2021). Entretanto, muitos desses saberes estão ameaçados de desaparecer devido à urbanização, ao desinteresse das novas gerações e à falta de documentação formal. O levantamento etnobotânico surge, portanto, como uma ferramenta essencial para catalogar e proteger o uso tradicional das plantas medicinais.

Este tipo de estudo não apenas contribui para a conservação do conhecimento tradicional, mas também oferece subsídios para a pesquisa científica, potencialmente identificando novas substâncias bioativas para uso na medicina moderna (Cunha e Albuquerque, 2022). Além disso, a documentação desses saberes fortalece a identidade cultural das comunidades, promovendo o reconhecimento e o respeito por suas práticas e tradições (Silva et al., 2018).

Na comunidade de Vista Alegre, a prática do uso de plantas medicinais não é apenas um meio de cuidado com a saúde, mas também um aspecto importante do patrimônio cultural. O conhecimento local reflete uma adaptação às condições ambientais e econômicas, onde o acesso a tratamentos médicos convencionais pode ser limitado e a flora ao redor oferece uma rica fonte de alternativas terapêuticas. Espécies amplamente usadas, como a carqueja e a erva-de-santa-maria, são valorizadas por suas propriedades curativas, frequentemente aplicadas no tratamento de distúrbios digestivos e respiratórios (Kassam, 2021).

Este estudo visou realizar um levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pela comunidade de Vista Alegre, com o objetivo de identificar as espécies mais empregadas, documentar os métodos tradicionais de preparação e uso, e analisar o papel dessas plantas no sistema de saúde local. A pesquisa busca também entender como o conhecimento sobre essas plantas é transmitido e quais são os desafios para a preservação desse saber.

Assim, espera-se contribuir para o reconhecimento e valorização das práticas tradicionais de saúde, além de fornecer insights valiosos para a integração dessas práticas no contexto da medicina moderna e para a conservação da biodiversidade local (Lopes e Albuquerque, 2018).

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa etnobotânica realizada na comunidade de Vista Alegre, localizada em Caracará/RR, adotou uma abordagem qualitativa e exploratória para documentar o uso tradicional de plantas medicinais pela população local. A metodologia foi estruturada em cinco etapas principais: pesquisa bibliográfica e documental, seleção da área de estudo, coleta de dados etnobotânicos, identificação taxonômica das espécies e análise dos dados coletados.

Foi realizada uma revisão bibliográfica inicial para contextualizar o uso de plantas medicinais em comunidades semelhantes e identificar as espécies de interesse. Foram consultadas fontes acadêmicas, como artigos científicos, livros e documentos sobre etnobotânica e práticas tradicionais de saúde, para embasar o estudo.

A escolha de Vista Alegre se baseou em critérios como a relevância cultural do uso de plantas medicinais e a disposição dos moradores em participar da pesquisa. A comunidade é reconhecida por sua rica tradição no uso de plantas para fins terapêuticos, sendo uma área rural com grande biodiversidade, o que proporciona uma vasta gama de espécies vegetais disponíveis para investigação.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, com foco em indivíduos considerados detentores de conhecimento tradicional, como curandeiros, parteiras e idosos. As entrevistas abordaram questões relacionadas aos nomes populares das plantas, partes utilizadas, formas de preparo, modo de administração e doenças tratadas. Paralelamente, utilizou-se a técnica da "turnê guiada", em que os participantes acompanhavam os pesquisadores em áreas de coleta, demonstrando as plantas em seu ambiente natural e explicando seu uso. Além das entrevistas, a observação participante foi aplicada durante atividades relacionadas ao uso de plantas medicinais, como coleta, preparo e administração, a fim de compreender o contexto social e cultural dessas práticas.

As plantas mencionadas foram coletadas em campo seguindo os procedimentos botânicos padrão, com amostras de ramos, folhas, flores e frutos. As amostras foram prensadas e etiquetadas, sendo posteriormente encaminhadas para identificação taxonômica em laboratório. A identificação envolveu o uso de chaves botânicas e a comparação com coleções de herbários. Sempre que possível, os nomes científicos foram confirmados por especialistas em botânica.

Os dados coletados foram organizados em um banco de dados contendo informações sobre as espécies, suas aplicações terapêuticas e a frequência de uso. A análise foi realizada de forma descritiva, destacando as plantas mais citadas, as principais categorias de doenças tratadas e as formas de preparo mais comuns. Também foram avaliados aspectos socioculturais, como a influência de fatores externos (urbanização, medicina convencional) sobre a continuidade das práticas tradicionais. Sessões de validação foram realizadas com os participantes para assegurar a precisão dos dados, envolvendo a apresentação dos resultados preliminares e a coleta de feedback.

O estudo seguiu rigorosos princípios éticos, garantindo o consentimento informado dos participantes e o uso responsável dos dados coletados, respeitando e valorizando o conhecimento tradicional da comunidade. Os resultados foram compartilhados com os moradores de Vista Alegre, contribuindo para a preservação e valorização do patrimônio cultural local e promovendo o reconhecimento do saber tradicional na promoção da saúde e conservação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento etnobotânico realizado na comunidade de Vista Alegre, Caracaraí/RR, evidenciou uma rica diversidade de plantas medicinais utilizadas pela população local, com 65 espécies identificadas, distribuídas em 35 famílias botânicas. As famílias Asteraceae, Fabaceae e Lamiaceae destacaram-se com o maior número de espécies citadas, corroborando estudos prévios que apontam essas famílias como frequentemente associadas ao uso medicinal (Albuquerque et al., 2019; Oliveira et al., 2020). O predomínio dessas famílias pode estar relacionado à ampla distribuição e fácil acesso às espécies, além de suas propriedades farmacológicas já reconhecidas.

Entre as principais plantas identificadas quanto a utilização, pode ser observado no quadro 1, que existe um conhecimento popular entre a espécie utilizada, parte utilizada e qual sintomatologia indicada. Dentre as espécies mais mencionadas, a andiroba (*Carapa guianensis*), a erva-de-santa-maria (*Chenopodium ambrosioides*) e o boldo-do-chile (*Peumus boldus*) foram as que obtiveram maior destaque. A andiroba, amplamente usada para tratar dores musculares e inflamações, além de repelente de insetos, possui atividade anti-inflamatória e analgésica comprovada por diversos estudos (Silva et al., 2018).

A erva-de-santa-maria, utilizada para distúrbios gastrointestinais, é bem conhecida por suas propriedades vermífugas, conforme demonstrado por Albuquerque et al. (2019), que observaram usos semelhantes em outras regiões do Brasil. O boldo-do-chile, comumente empregado no tratamento de problemas digestivos e hepáticos, possui efeitos hepatoprotetores, como relatado por estudos fitoquímicos que confirmam sua eficácia no alívio de distúrbios gastrointestinais (Garcia et al., 2021).

Quadro 01: Plantas medicinais, parte utilizada e sua indicação.

Planta (nome popular-científico)	Parte Utilizada	Indicação
Erva Cidreira (<i>Lippia Alba</i> N.E.). Brown ex (. B&W).	Folhas e ramos	Calmante
Babosa (<i>Aloe vera</i>)	Folhas	Cicatrizante
Mastruz (<i>Chenopodium Ambrosioides</i>)	Folhas e caules finos	Ante inflamatório e cicatrizante
Boldo (<i>Verninia condensata</i> (Bazer)	Folhas	Utilizado no auxílio de doenças no fígado
Arruda (<i>Ruta graveolens</i>)	Planta inteira	Controle de parasitas, controle amenorréico.
Hortelã (<i>Mentha spicata</i>)	Folhas	Utilizado para chás
Mucuracá (<i>Petiveria alliacea</i> L.)	Folhas	Utilizadas para banhos
Amora (<i>Rubus fruticosus</i>)	Folhas	Tratar problemas da menor pausa
Mangarataia (<i>Zingiber officinallis</i> (Rosc.)	Raiz	Tratar problemas respiratórios e gripe.
Sucuba (<i>Iymathanthus Sucumba</i> Spuce)	Leite da planta	Utilizado contra intoxicação
Capim Santo (<i>Cymbopogon citratus</i> Stapf)	Folhas	Utilizado como calmante
None (<i>Morinda citrifolia</i>)	Fruto	Utilizado na prevenção de diversas doenças como: buíte.

Autor: LIMA et al. (2004).

As formas de preparo mais frequentes encontradas foram infusões, decocções e macerações, alinhando-se com resultados de outros levantamentos etnobotânicos em comunidades tradicionais (Medeiros et al., 2017; Santos e Cunha, 2019). A predominância das infusões, especialmente para o tratamento de doenças gastrointestinais e respiratórias, pode ser atribuída à facilidade de preparo e à eficácia na extração de compostos voláteis presentes nas folhas e flores das plantas. Decocções foram preferidas para cascas e raízes, cujas propriedades terapêuticas exigem um tempo de extração mais prolongado. A maceração, por sua vez, foi empregada principalmente em aplicações tópicas, em cataplasmas para o alívio de dores e inflamações.

A pesquisa destacou que o conhecimento sobre plantas medicinais em Vista Alegre é transmitido predominantemente por via oral, um padrão comum em comunidades tradicionais (Santos e Cunha, 2019; Silva et al., 2018). Os membros mais idosos, como curandeiros e parteiras, são os principais guardiões desse saber, que desempenha um papel fundamental na coesão social e na manutenção da identidade cultural. Contudo, foi observada uma tendência preocupante de diminuição na transmissão intergeracional desse conhecimento, em parte devido ao aumento da urbanização e ao maior acesso à

medicina convencional, o que também foi registrado por Oliveira et al. (2020) em outros contextos rurais.

As ameaças identificadas à continuidade das práticas tradicionais, como a urbanização e o desmatamento, são fatores que reduzem o acesso a plantas medicinais e estimulam o uso de medicamentos alopáticos. Medeiros et al. (2017) enfatizam que o desaparecimento do conhecimento etnobotânico pode resultar na perda de práticas de cura alternativas e na diminuição da biodiversidade. Assim, torna-se essencial promover ações de conservação que visem não apenas a proteção das espécies vegetais, mas também a valorização do conhecimento tradicional, com iniciativas como educação ambiental e a incorporação das práticas tradicionais na saúde pública.

A documentação desse saber tradicional, além de contribuir para a valorização cultural da comunidade, pode servir de base para futuros estudos farmacológicos e fitoquímicos, visando à descoberta de novos compostos bioativos com potencial terapêutico. A integração dos conhecimentos tradicionais com abordagens científicas é uma estratégia promissora para o desenvolvimento sustentável, conforme apontado por Garcia et al. (2021), oferecendo benefícios para a saúde pública e a conservação da biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo em Vista Alegre confirmam a hipótese de que a comunidade detém um conhecimento profundo e diversificado sobre plantas medicinais, refletindo uma interação histórica com o meio ambiente local. As ameaças identificadas ao conhecimento etnobotânico indicam a urgência de implementar estratégias que incentivem a transmissão desse saber, como a documentação formal e a promoção do uso sustentável das plantas medicinais.

O estudo enfatiza a importância de documentar e preservar o conhecimento etnobotânico, não apenas como uma forma de respeitar a cultura local, mas também como um recurso valioso para a ciência e a conservação da biodiversidade. A continuidade desse conhecimento depende de ações integradas que envolvam a comunidade, pesquisadores e formuladores de políticas públicas, garantindo que as futuras gerações possam usufruir desse patrimônio cultural e natural.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U. P., MEDEIROS, P. M., ALMEIDA, A. L. S., MONTEIRO, J. M., LINS NETO, E. M. F., MELO, J. G., & SANTOS, J. P. (2014). Medicinal plants of the caatinga (semi-arid) vegetation of NE Brazil: a quantitative approach. **Journal of Ethnopharmacology**, 114(3), 325-354, 2014.
- CUNHA, L. C. S., & ALBUQUERQUE, U. P. Local knowledge and resilience in the use of medicinal plants in semiarid environments. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, 18(1), 1-14, 2022.
- DE SOUSA ARAÚJO, T. A., ALENCAR, N. L., DE AMORIM, E. L. C., & de Albuquerque, U. P. A new approach to study medicinal plants with secondary use: the case of the Caatinga region, Northeastern Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, 238, 2019.
- FERREIRA, F. S., BRITO, S. V., COSTA, J. G. M., ALVES, R. R. N., & ALBUQUERQUE, U. P. A review of medicinal plants used by the ethnic groups of northeastern Brazil. **Journal of Herbal Medicine**, 2021.
- KASSAM, K.-A. S., & The Global Environments Summer Academy. Traditional Ecological Knowledge in the Americas: Management and Adaptation. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2021.
- LOPES, T. C., & ALBUQUERQUE, U. P. Etnobotânica e conservação: estratégias para fortalecer a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais. **Perspectivas em Ecologia e Conservação**, 2018.
- MEDEIROS, P. M., LADIO, A. H., & ALBUQUERQUE, U. P. Patterns of medicinal plant use by inhabitants of Brazilian urban and rural areas: A macroscale investigation based on available literature. **Journal of Ethnopharmacology**, 2015.
- OLIVEIRA, T., & MELLO, A. M. A. Etnobotânica aplicada: uso de plantas medicinais em comunidades tradicionais da Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, 2020.
- SILVA, T. C., RAMOS, M. A., & ALBUQUERQUE, U. P. Methods in ethnobotanical research: quantitative and qualitative approaches. **Journal of Ethnopharmacology**, 2018.

Capítulo 2

ENFRENTAMENTO DA OBESIDADE NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2022: CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Livia Maria Lima de Jesus



ENFRENTAMENTO DA OBESIDADE NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2022: CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Livia Maria Lima de Jesus

Assistente Social pela Universidade Federal do Maranhão (2023). E-mail:

liviamaria3359@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho aborda o mapeamento das ações do Estado brasileiro no enfrentamento da obesidade entre os anos de 2003 e 2022. Foi utilizado para o presente estudo a pesquisa exploratória e descritiva, quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A obesidade apresenta-se como um agravo extremamente complexo que se constitui em um dos maiores desafios de saúde pública no contexto atual. É uma doença crônica definida como o acúmulo excessivo de tecido adiposo que implica em sérias consequências à saúde dos indivíduos, exigindo políticas e programas que envolvam ações para seu enfrentamento. Por mais que se tenha avanços nas ações de enfrentamento à doença ao longo dos anos, as pesquisas revelam o aumento dos índices de pessoas obesas no país. Ficam visíveis as continuidades e mudanças presentes a partir do governo Lula (2003 – 2010), Dilma Rousseff (2011 – 2015), Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Bolsonaro (2019 – 2022). Pontua-se a importância de estudos que abordem a obesidade para além da relação saúde/doença, tendo em vista, que estes podem servir como subsídios na elaboração de políticas, programas e ações voltados para a problemática.

Palavras-chave: Obesidade. Políticas Públicas. Saúde.

ABSTRACT

The present work addresses the mapping of the Brazilian State's actions in combating obesity between the years 2003 and 2022. Exploratory and descriptive research was used for the present study, regarding procedures, bibliographic and documentary research was used. Obesity presents itself as an extremely complex problem that constitutes one of the biggest public health challenges in the current context. It is a chronic disease defined as the excessive accumulation of adipose tissue that has serious consequences for the health of individuals, requiring policies and programs that involve actions to combat it. No matter how much progress has been made in actions to combat the disease over the years,

research reveals an increase in the number of obese people in the country. The continuities and changes present from the Lula government (2003 – 2010), Dilma Rousseff (2011 – 2015), Michel Temer (2016 – 2018) and Jair Bolsonaro (2019 – 2022) are visible. The importance of studies that address obesity beyond the health/disease relationship is highlighted, considering that these can serve as subsidies in the development of policies, programs and actions aimed at the problem.

Keywords: Obesity. Public Policies. Health.

INTRODUÇÃO

A obesidade é tanto uma doença quanto um fator de risco para outras doenças, dentre elas, as patologias cardiovasculares e cerebrovasculares; os distúrbios metabólicos (diabetes mellitus; dislipidemias); diversos tipos de câncer; patologias do aparelho digestivo, entre outras. E ainda danos fisiológicos, impactos psicossociais relacionados à questão do estigma e da discriminação a indivíduos sob esta condição (Sobal, 1991 *apud* Pinheiro, 2009).

Até meados dos anos 1970, a fome e a desnutrição ainda constituíam o aspecto mais grave da situação social vivida pela população brasileira (Brasil, 1990). Porém, ao longo dos anos este panorama foi mudando, segundo alguns estudiosos devido a denominada “transição epidemiológica nutricional” da população, tendo-se a diminuição da desnutrição e de doenças infectocontagiosas associadas justamente à desnutrição, fome, falta de saneamento básico e pobreza.

Através de dados e pesquisas é possível perceber quanto o perfil nutricional dos brasileiros mudou, visto que, em parte do século XX, a subnutrição era considerada o maior problema nutricional do país. No entanto, essa configuração é alterada nos últimos trinta anos, e doenças como a obesidade crescem em níveis alarmantes.

Segundo a última pesquisa da Vigilância de Fatores de Risco de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, os dados revelam que no Brasil a população adulta já é de 1 pessoa com a doença a cada 4 (Brasil, 2023). Diagnosticar e prevenir a obesidade é essencial na promoção da saúde e redução da morbimortalidade (Bach *et al*, 2013).

Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar as principais ações voltadas para o enfrentamento da obesidade no período de 2003 a 2022. Essas ações estão organizadas de acordo com os governos vigentes durante esse período. Destacam-se as continuidades e mudanças presentes na passagem dos governos de administração petista

de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2015), para os governos instaurados após o golpe de 2016, de Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Bolsonaro (2019 – 2022).

Justifica-se a delimitação desse período pelas profundas e extensas transformações que o país passou tanto em relação ao desenvolvimento econômico quanto ao desenvolvimento social. Entende-se que analisar cada governo do período delimitado nos permite apontar e compreender os elementos de continuidade e inflexão no âmbito das políticas públicas, em especial às que abordam a questão da obesidade.

Importante mencionar que os resultados apresentados são decorrentes da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Serviço Social.

Foi utilizada para o presente estudo a pesquisa exploratória e descritiva, utilizando de pesquisa bibliográfica e documental, a partir do levantamento de literaturas afins, livros, revistas eletrônicas, sites especializados, resultados de estudos e análises acerca da obesidade.

Governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2015)

À medida que o neoliberalismo surgiu em todo o mundo na década de 1970, os direitos sociais estiveram tensionados por reformas regressivas. A década de 1990 no Brasil é marcada pelos efeitos da escolha de uma política que, conforme afirma Bravo (2007), “levou à adoção do ajuste neoliberal em todas as suas dimensões econômicas e sociais” (Bravo, 2007, p. 11).

Entre 1993 e 2002, houve um confronto entre as estratégias macroeconômicas e as oportunidades de reforma do Estado e desenvolvimento social. Essa estratégia provocou um agravamento da crise social, vista sobretudo como uma desorganização no mundo do trabalho, mas como consequência da estagnação econômica contida no plano real. Os gastos sociais ficaram limitados diante da política monetária, cambial e fiscal empregadas, as quais implicaram em uma desorganização das finanças do país. Em síntese, pode-se afirmar que, na década de 1990, o progresso social alcançado na fase anterior sofreu um retrocesso. Nesse período, prevaleceu um governo liberal, no qual as ideias neoliberais foram fortalecidas e a influência das grandes empresas nos rumos da política macroeconômica e social brasileira aumentou.

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República, constituindo-se o primeiro representante da classe operária brasileira com experiência de organização política. Para Bravo (2007), a escolha pelo presidente eleito é resultado da vontade dos brasileiros de que tivesse o fim o ciclo de reformas neoliberais. Porém, em seu primeiro mandato, Lula deu seguimento à política econômica do governo anterior, mantendo o tripé macroeconômico: política de metas de inflação, sistema de taxa de câmbio flutuante e metas de superávit primário. A justificativa dada para essa continuidade era a de que o país se encontrava em um estado crítico, sendo necessárias providências urgentes para reverter a situação. Segundo Nishimoto (2020),

A política social de Lula se insere na trajetória iniciada em 1990, com fortes tensões entre a transição de um modelo de Estado de Bem-Estar Social para um modelo econômico de cunho neoliberal, apresentando um percurso histórico bastante estudado pelos teóricos (Nishimoto, 2020, p. 8).

Segundo o autor, essa primeira fase do governo é marcada tanto pela continuidade das estratégias adotadas no governo anterior, quanto pela inflexão de sua postura e dos rumos tomados por suas políticas macroeconômicas e sociais (Nishimoto, 2020). Apesar dessa continuidade e das incertezas em relação à estratégia a ser adotada no âmbito social brasileiro, era possível perceber que o governo tinha indicadores para o avanço social.

Foram criados e ampliados alguns programas sociais, dentre eles está o Programa Fome Zero, que tinha como objetivo garantir o direito à alimentação de qualidade para as pessoas afetadas pela escassez de alimentos (Noronha, 2019), tendo por base “de que o problema da fome provinha de fatores como a alta concentração de renda, o desemprego e baixos salários, a discrepância entre o poder aquisitivo dos brasileiros e o preço dos alimentos e pela exclusão da população pobre do mercado de alimentos” (Faria, 2021, p. 16). Com o programa, foi resgatada a discussão da segurança alimentar, atentando-se para a fome e a exclusão social no país. As ações que envolvem o programa previam a implantação de restaurantes populares e bancos de alimentação e distribuição de cartão alimentação. Porém, existiam inúmeros obstáculos para sua concretização, dentre eles a ausência de logística para que os alimentos chegassem ao seu destino (Vinhas, 2010).

Não atendendo todas as expectativas, o Programa Fome Zero propiciou o sucesso do Programa Bolsa Família (PBF). O governo instituiu o PBF através da Lei nº 10.836/04, com o objetivo de proporcionar inclusão social e redistribuição de renda para as famílias brasileiras mais pobres.

Ainda no primeiro governo Lula, houve o resgate do CONSEA através da Medida Provisória nº 102 do dia 01/01/2003. Ficando estabelecido como órgão de caráter consultivo e de assessoria imediata para o Presidente da República, objetivando propor orientações gerais na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A reorganização do CONSEA possibilitou a abertura do debate por parte do público sobre a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com base nas diretrizes internacionais do Direito Humano à Alimentação Adequada (Guimarães, 2022).

Outra ação importante implementada no ano de 2003, foi a inauguração do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Lei nº 10.696, em seu artigo de número 19. O objetivo era assegurar a distribuição de alimentos para as redes de assistência voltadas para aqueles que estavam em condição de insegurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que valorizava e incentivava a agricultura familiar. Dessa forma, os alimentos a serem distribuídos eram produzidos pela agricultura familiar e comprados por preços baseados no comércio local (Guimarães, 2022).

O segundo mandato de Lula, de 2006 a 2010, é caracterizado pela interação entre políticas econômicas e sociais, melhoria das contas públicas que levou à ampliação dos gastos sociais, adoção de uma política macroeconômica mais expansionista, centrada na aceleração do crescimento e no aumento do emprego.

Com base no repensar político iniciado em 2006, a nova estratégia social se baseia no desenvolvimento econômico estável, na distribuição mais equitativa da renda e na convergência específica e abrangente das ações governamentais. Como resultado desse novo rumo, o Bolsa Família e outras ações direcionadas foram consolidadas entre 2006 e 2010, dando continuidade ao desenvolvimento da política pública contida na Constituição de 1988 (Fagnani, 2011). Com a consolidação e centralização do Bolsa Família no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o programa ampliou muito seu alcance e o valor concedido aos seus beneficiários.

A política social é empregada como ferramenta estratégica para fortalecer o mercado interno e impulsionar o crescimento econômico. Ao se basear na redistribuição da renda social, esse crescimento econômico possibilita melhora na vida das famílias que vivem abaixo da linha da pobreza e no limiar social da geração de riqueza socialmente produzida (Fagnani, 2011). Isso se deu através de políticas economicamente e socialmente orientadas, as quais se caracterizaram pela ampliação das transferências diretas do governo federal aos trabalhadores do setor privado (urbano e rural) por meio

da previdência social, desenvolvimento de programas e políticas de assistência social e políticas de valorização salarial mínima (Kerstenetzky, 2012).

Nesse contexto, foram elaboradas várias ações que envolvem o enfrentamento da obesidade, tendo em vista que o número de pessoas obesas no país estava se tornando preocupante.

O Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2006 pelo Ministério da Saúde, apresentou recomendações acerca da alimentação adequada e saudável, constituindo-se uma referência para indivíduos e famílias, governos e profissionais de saúde (Brasil, 2014). O Guia foi uma das ações para implementação da diretriz de promoção da alimentação adequada e saudável presente na Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Por meio da Portaria nº 648/GM, de 28 de março de 2006, é aprovada a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). No âmbito da Atenção Básica, nesse mesmo período, percebe-se que a obesidade passa a ganhar centralidade em algumas ações. Isso pode ser constatado a partir da elaboração e publicação do Caderno de Atenção Básica de nº 12, com o objetivo de orientar os profissionais de saúde da atenção básica da rede SUS, incluindo a Estratégia de Saúde da Família, na atenção ao paciente obeso, com ênfase no manejo alimentar e nutricional (Brasil, 2006).

Em 2007 o governo lançou o Programa Saúde na Escola (PSE), que objetiva o desenvolvimento de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde de crianças e adolescentes de cinco a dezenove anos no ambiente escolar, focando suas ações nos alunos de escolas da educação básica da rede pública de ensino. O ambiente escolar apresenta-se como espaço favorável para a fomentação de hábitos alimentares saudáveis e estratégicos para o enfrentamento da obesidade (Brasil, 2022).

O controle e a regulação de alimentos é outra ação que visa diretamente o controle da obesidade e está presente nas diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Constitui-se no estabelecimento de regras para a rotulagem e composição de alimentos processados, propaganda de alimentos e manutenção da qualidade em todas as etapas da cadeia produtiva e nos locais de consumo (Magalhães, 2017).

O Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é responsável pela formulação e aplicação de regras para a rotulagem

nutricional, pela verificação das estratégias de propaganda e pelo controle de qualidade de alimentos processados e industrializados. Existem algumas resoluções publicadas pela ANVISA, consideradas importantes no enfrentamento da obesidade, ainda que esta não seja mencionada de forma direta no corpo do texto das resoluções.

Se tratando de regulamentos a respeito da rotulagem dos alimentos, uma das ações foi a determinação feita pela ANVISA em 2006, que exigia que a presença de gordura trans fosse identificada no rótulo dos alimentos industrializados. Já em 2010 foi publicada a Resolução - RDC nº 2428, considerada um documento importante para o processo de regulação da propaganda de alimentos no país. Apesar de representar um grande avanço, essa resolução foi suspensa por liminar da Justiça Federal de Brasília. A ANVISA foi questionada quanto a sua competência de regulação de propaganda e publicidade de alimentos. Diante disso, a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA) solicitou a suspensão. Essa situação deixa evidente o conflito de interesses presentes entre a indústria de alimentos e setores de governo perante ações governamentais que propõem a promoção de mecanismos de proteção ao direito à alimentação adequada e saudável, conforme instituído na Constituição Brasileira e na Lei Orgânica.

Pode-se dizer que essa Resolução constitui um instrumento de proteção e promoção da alimentação saudável. As propagandas são instrumentos largamente utilizados para estimular o consumo, acontece que mesmo com o reconhecimento dos malefícios que os produtos a serem ofertados podem causar, o fato das medidas recomendadas refletirem na redução de lucro aos setores ocasiona na tensão “entre estes gigantes do capital e o Estado” (Santos, 2007, p. 49). Por consequência,

As associações que representam os interesses das indústrias de alimentos e do setor de empresas de comunicação e publicidade protagonizam um processo político destinado à redução do campo de intervenção estatal na regulamentação da publicidade de alimentos (Henriques, 2014, p. 1225).

Diante disso, a intensa pressão do setor privado e a fragilidade dos mecanismos de controle são dois fatores que têm afetado que haja uma maior eficácia no processo de regulamentação de alimentos no país. Enquanto isso, as grandes indústrias e empresas alimentícias têm investido em publicidade e propaganda de alimentos ricos em calorias, gorduras, açúcar e sal, que possuem carência de nutrientes. E esses alimentos são classificados como favoráveis para o desenvolvimento de doenças crônicas relacionadas à alimentação, dentre elas a obesidade.

Nos anos iniciais do governo Lula, no que se refere a questão da alimentação e nutrição, pode-se perceber que o foco central estava no combate à fome. Porém, os índices de obesidade já começaram a crescer no país. Os estudiosos que analisam os governos de Lula, em sua maioria, afirmam as continuidades em relação à política macroeconômica do governo anterior, porém, enfatizam as mudanças adotadas a partir de 2006. O forte crescimento da economia mundial, entre 2003 e 2007, tornou possível a coordenação dessas duas linhas de políticas econômicas.

Após a eclosão da crise estrutural da superacumulação capitalista global em 2007, a compatibilidade dessas duas linhas vai se desfazendo. Para responder à crise global, buscou-se o estímulo ao consumo, expansão do crédito, isenção fiscal para vários setores e lenta redução dos juros. Esses movimentos parecem indicar que Lula está se afastando da política macroeconômica neoliberal, seguindo uma tendência que parece estar presente no início da crise, mas vai desaparecendo aos poucos. Os primeiros problemas foram revelados em 2010, quando o crescimento econômico foi acompanhado por pressões inflacionárias, indicando que a meta de inflação havia ultrapassado o limite superior de 6,5%.

É nesse contexto que, em 2011, Dilma Rousseff assume a Presidência da República. No campo econômico, o novo governo continuou a implementar um quadro macroeconômico baseado em metas de inflação, taxa de câmbio flutuante e sistemas de superávit primário, além de implementar medidas para estimular a economia brasileira, como expansão do crédito, expansão do investimento público, incentivos fiscais e a expansão do Banco Central de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Noronha, 2019).

Diante da alta dos preços que se aproximam do limite superior da meta, em 2011, o governo Dilma deu prosseguimento à subida moderada dos juros. Junto a isso, houve restrições de crédito, aumento de compulsórios bancários e requisitos de capital dos bancos, aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito pessoal e redução de gastos públicos (Corsi, 2016).

No início de seu segundo mandato, diante do peso da recessão, foram tomadas medidas consideradas necessárias para equilibrar as finanças públicas, incluindo mudanças no seguro-desemprego e no abono salarial. O governo recorreu à política econômica tradicional e defendeu os interesses do setor financeiro aumentando as taxas de juros.

Essas medidas agravaram a recessão e ocasionaram uma acentuada queda do PIB, o número de desempregados aumentou e o rendimento real dos trabalhadores caiu (Costa Pinto, *et al*, 2016). Esse cenário se agravou com o novo conjunto de ajustes tributários e consequências da Operação Lava Jato, em um momento de intensa queda da lucratividade e da insatisfação empresarial, e a perda de popularidade mesmo entre a base tradicional de apoio dos governos do PT (Bastos, 2017).

Com o aumento do conflito social e político e a desaceleração do ciclo econômico, o governo queria implementar políticas que teoricamente amenizassem o descontentamento empresarial, mesmo que afetasse aliados em sua base. Porém, os efeitos foram diferentes do esperado, pois, além do aprofundamento da recessão e da retração da atividade empresarial, “a virada na política econômica alienou parte da população para quem era verossímil a acusação de ‘estelionato eleitoral’ (ou mesmo ‘traição’) feita pelos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária” (Bastos, 2017, p. 5).

Diante das previsíveis denúncias de estelionato eleitoral levantadas pela oposição e espelhadas na mídia, a popularidade da presidenta despencou antes mesmo de assumir o cargo no segundo mandato e nunca mais se recuperou, o que impossibilitou uma apelação às ruas, por meio da massa a fim de impedir o golpe (Bastos, 2017). Já o *impeachment*¹ se popularizou quando a crise econômica e a Operação Lava Jato derrubaram a confiança no governo e não produziram bons resultados econômicos para compensar a investida judicial e política do golpe (Bastos, 2017).

Com as tensões no Congresso cada vez mais intensas, o governo ficou sem ter como buscar novas soluções. O processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, teve abertura em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) deu seguimento aos pedidos dos advogados Hélio Picudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Pascoal. O processo, que durou 273 dias, foi encerrado em 31 de agosto de 2016, com Dilma afastada do cargo sem perder seus direitos políticos (Agência Senado, 2016).

Como justificativa para o *impeachment*, juristas alegam que a então presidente cometeu crimes responsáveis por acionar a chamada "pedalada fiscal" e por emitir ordens de abertura de crédito sem anuência do Congresso. Em 17 de abril de 2016, ocorreu no

¹ Processo em jurídico-político, conduzido pelo Congresso Nacional, que julga se uma pessoa com função pública cometeu um chamado crime de responsabilidade.

plenário da Câmara a votação que decidiu pelo avanço do pedido, 367 deputados votaram a favor da aprovação e o pedido foi encaminhado ao Senado Federal. Em 12 de maio, ocorreu uma assembleia geral de senadores, onde foi decidido iniciar a abertura do processo de *impeachment*, 55 dos 81 senadores votaram pela abertura. Desde então, Dilma Rousseff foi afastada do cargo e o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo interinamente (Fernandes, [s.d]).

Os propositores do *impeachment* fundamentaram o processo numa lógica regimental, refugiando-se na Constituição Federal de 1988, porém, percebe-se na verdade um processo com caráter golpista decorrente de elementos políticos e não regimentais. Diante disso, ao ser utilizado o termo *impeachment* neste trabalho não se pretende defender o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, como formal; mas enfatizar a maneira como ele foi colocado por seus propositores. Considera-se que esse processo na verdade simbolizou uma quebra do ciclo democrático no país, muito bem representada pela intensa restrição e retrocesso de direitos, em especial no âmbito das políticas sociais, evidenciando elementos que o caracterizam como um golpe.

Diante da conjuntura política apresentada que envolve os governos Dilma, é possível identificar algumas ações referentes ao enfrentamento da obesidade. Em 2011, é criado o Programa Academia da Saúde pelo Ministério da Saúde visando promover práticas corporais e atividade física, promoção da alimentação saudável, educação em saúde, entre outros, além de contribuir para produção do cuidado e de modos de vida saudáveis e sustentáveis da população. Através do Programa são implantados polos de Academia da Saúde, onde são ofertadas práticas de atividades físicas para a população (Brasil, 2022).

Em 2014, o Guia Alimentar para a População Brasileira passou por uma atualização, apresentando um conjunto de informações, recomendações e orientações sobre escolha, preparo e consumo dos alimentos (Brasil, 2014).

De um lado, tem-se um grande instrumento que apresenta orientações para uma alimentação adequada e saudável: o Guia Alimentar da População Brasileira. Por outro lado, a intensa publicidade de alimentos baratos apresentados de forma atraente e muitas vezes sem as informações nutricionais de maneira correta. Os alimentos *in natura* e/ou ainda os minimamente processados estão cada vez mais distantes da mesa dos brasileiros, enquanto os ultraprocessados chegam às prateleiras a preços mais baixos. Isso mostra que não basta apenas informar e orientar, são necessárias ações que possibilitem ao

indivíduo obeso o acesso a condições que o permitem colocar essas informações em prática.

Ainda em 2014 é lançado o Caderno de nº 38, intitulado “Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade”, publicado como uma revisão do caderno de nº 12, abordando elementos não tratados no caderno anterior, tais como, a abordagem cognitivo-comportamental; distúrbios alimentares: bulimia, compulsão alimentar e transtornos alimentares, dietas da moda e o tratamento cirúrgico da obesidade.

Outro documento importante lançado nesse mesmo período é a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendação para estados e municípios. Ele não é uma proposta direta do Ministério da Saúde, porém reúne diversas ações que envolvem o setor saúde. O objetivo da Estratégia é prevenir e controlar a obesidade na população brasileira, através de ações intersetoriais, promovendo a alimentação adequada e saudável e a prática de atividade física (Brasil, 2014).

Governos instaurados após o golpe de 2016, de Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Bolsonaro (2019 – 2022)

Como já mencionado, o vice-presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia assumiu, de forma interina, o cargo de presidente da República do Brasil desde o início do processo de *impeachment*, após o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff. Em 31 de agosto, ele toma posse como presidente da República do Brasil, iniciando assim o governo Michel Temer.

Segundo Bresser-Pereira (2011), “[...] a tomada do poder pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Michel Temer traria uma guinada ao neoliberalismo e consequente estagnação econômica aos moldes dos anos 1990” (Bresser-Pereira, 2011 *apud* Souza; Hoff, 2019, p. 9).

Diante disso, a direção das estratégias econômicas começou a ser alterada em outras direções claramente liberais. Nesse contexto destaca-se a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, em 15 de dezembro de 2016. Sob o pretexto de retomar o crescimento econômico, o governo Temer limitou constitucionalmente os gastos públicos por 20 anos, gerando impactos no funcionamento adequado do sistema constitucional de seguridade social que abrange a saúde, previdência e assistência social (Souza; Hoff, 2019).

O discurso apresentado baseia-se na defesa da redução estrutural dos gastos do setor público, redução dos custos da dívida pública e crescimento do PIB. No entanto, é perceptível o retorno à política liberal com a ideia de um Estado não intervencionista (Souza; Hoff, 2019).

Faz parte do rol de alterações do governo Temer a PEC 287/2016 que prevê a ampliação do prazo mínimo de pagamento de 15 para 25 anos e exige 49 anos de contribuição previdenciária para receber o benefício integral (Souza; Hoff, 2019).

Percebe-se que inúmeras políticas, em especial as sociais, tiveram os seus orçamentos esvaziados, reforçam a maneira de atuar do neoliberalismo. Optou-se por diminuir os gastos públicos, com favorecimento para o mercado com um discurso de que seja possível solucionar os problemas sociais através da concorrência e geração de empregos (Guimarães, 2022).

Em relação ao enfrentamento da obesidade no governo Temer, não foram identificadas ações diretamente voltadas para a questão. Pelo contrário, os desmontes que estavam acontecendo nesse momento, ainda que de forma indireta, tiveram impacto nas ações de enfrentamento já existentes. Destaca-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, momento em que suas atribuições foram repassadas para o Ministério de Desenvolvimento Social. Nesse mesmo ano, essas mesmas atribuições foram centralizadas na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), somando-se a isso houve a exoneração das equipes de funcionários que já trabalhavam com a formulação e implementação das políticas públicas no âmbito da agricultura.

Em resumo, o período que compreende o governo Temer é marcado pelo desmonte e descontinuidade de políticas de alimentação e nutrição, o que tem impacto direto nas ações de enfrentamento da obesidade, os cortes orçamentários levaram à redução dos recursos voltados a vários programas que envolve ações de combate à doença e até mesmo a extinção desses programas. É importante destacar que segundo dados da Vigetel (2019), os números de pessoas obesas nesse período continuavam em crescimento.

Com o fim do mandato de Temer, em 2019, a Presidência da República é assumida por Jair Messias Bolsonaro. Seu governo apresenta características baseadas em um discurso de liberalização radical, austeridade fiscal e cumprimento de metas de redução do Estado. Uma das primeiras ações do governo Bolsonaro foi a extinção do CONSEA, através da Medida Provisória nº 870/2019, isso significou um retrocesso no campo das

políticas públicas de alimentação e nutrição (Alves, *et al*, 2021). Segundo Alves *et al*, (2021), essa ação faz com ocorra uma fragilização na articulação entre os estados e municípios, refletindo diretamente no diálogo entre governo e sociedade civil, significando ainda uma forma de eliminar o controle e participação civil nas discussões sobre a temática.

Nesse contexto, a agricultura agroexportadora é potencializada, enquanto a agricultura familiar sofre uma grande desvalorização. Dentro desse cenário, o Programa de Aquisição de Alimentos sofre grandes impactos, tendo em vista que o Ministério do Desenvolvimento Agrário extinto no governo Temer e o CONSEA extinto no governo Bolsonaro, somado a isso a redução dos investimentos no programa que já vinham acontecendo se intensificaram ainda mais afetando o pequeno produtor e, conseqüentemente, a distribuição de alimentos para as redes de assistência voltadas para aqueles que estavam em condição de insegurança alimentar e nutricional (Alves *et al*, 2021). Em 2021, o programa foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil, o qual possui características similares ao PAA, porém exclui “as modalidades de compra de sementes e garantia de estoques públicos, as finalidades de compra de produtos agroecológicos e promoção da biodiversidade” (Delgado, 2022, p. 19).

Outro importante programa que passou por alterações ainda no ano de 2021 foi o Bolsa Família, as alterações foram propostas por meio da Medida Provisória nº 1.061 (Delgado, 2022).

É importante destacar que as alterações desses programas ocorreram no contexto de pandemia da Covid-19². Com a emergência da pandemia foi possível observar a acentuação das desigualdades, a população brasileira encontrava-se diante da medida de isolamento social somada à instabilidade no trabalho, dois grandes fatores que levaram à redução na renda das famílias e até ao desemprego. Diante disso, houve grande restrição do acesso aos alimentos e o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados (Delgado, 2022).

Com emergência sanitária em que se encontrava o país, o governo instituiu o Auxílio Emergencial por meio da lei n. 13.982/2020, o programa visava garantir uma renda

² A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>.

mínima à população em vulnerabilidade. As famílias beneficiárias do PBF também recebiam o Auxílio Emergencial, desde que o valor referente ao PBF fosse menor. Em 2021, essas famílias passaram a receber a quantia habitual do PBF (Delgado, 2022).

Cada país adotou distintas estratégias de enfrentamento da pandemia, as medidas adotadas estavam pautadas nas diretrizes da Organização Mundial de Saúde. No Brasil, as práticas governamentais adotadas principalmente logo no início da pandemia não seguiam essas mesmas diretrizes e ignorando os protocolos científicos. Diante da maior crise sanitária do país, as posturas do governo foram de descaso com a saúde da população. Hur *et al* (2021) destacam algumas dessas posturas, tais como a defesa do não fechamento do comércio, discursos que desprezavam a gravidade do contágio, posicionamento contra o isolamento social e recomendação de tratamentos sem base científica.

Sob o isolamento social, o presidente Bolsonaro apresentou o discurso de que o setor econômico seria negativamente afetado e, conseqüentemente, haveria um aumento significativo do desemprego. Esse discurso não condiz com os atos do então presidente, pelo contrário, fica evidente a associação do seu discurso ao ditame neoliberal, em que a primazia é da produção, a prioridade é sempre os empresários e não a classe dos trabalhadores, o mercado é sempre privilegiado em relação a vida (Hur *et al*, 2021). Essa postura de negação da realidade das evidências científicas resultou em um aumento exponencial de pessoas contagiadas e mortas pela Covid-19.

Nesse cenário, a obesidade se encontra inserida no grupo dos fatores de risco para o Covid-19. O Ministério da Saúde (2022) afirma que, durante a pandemia, o quadro de pessoas obesas no país se agravou ainda mais, a falta de renda é um dos fatores que determinaram esse agravamento limitando o acesso à alimentação saudável e adequada. Nesse cenário, o consumo de alimentos ultraprocessados ganha grande espaço, através dos aplicativos de *delivery*.

Diante do descaso do governo em relação à pandemia e suas conseqüências, surgem ações filantrópicas de distribuições de alimentos para a população mais vulnerável. A ACT Promoção da Saúde e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) produzem o “Dossiê Big Food: como a indústria interfere em políticas de

alimentação”³. O estudo enfatiza essas ações como uma forma de autopromoção através do aumento da menção à marca de forma espontânea.

A doação de alimentos se deu de várias formas, algumas empresas preferiram doar itens produzidos e comercializados diretamente por elas, dentre esses alimentos estão aqueles associados ao aumento de DCNT's, dentre elas a obesidade. Essas doações ganham uma boa imagem diante do cenário em que se encontrava o país, principalmente para a população mais vulnerável, porém, elas deveriam seguir critérios uma vez que o tipo de alimento doado tem impacto direto na saúde pública. Por trás dessas ações existem benefícios para as empresas que compensam todo o valor usado nas doações, entre eles estão os benefícios fiscais, redução de custos com descartes e deduções do ICMS.

Desde o governo Temer foi possível identificar que não houve avanços na elaboração de ações de enfrentamento voltadas diretamente para a obesidade. No governo Bolsonaro, apesar do crescimento dos números de obesos, principalmente diante da pandemia, poucas ações voltadas para a questão são implementadas.

Em outubro de 2020, foi publicada pela Anvisa uma nova resolução que dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos. A partir da resolução, a rotulagem nutricional na frente, alertando sobre os níveis excessivos de açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio (Brasil, 2020). As novas normas entraram em vigor em 09 de outubro de 2022, sendo que as indústrias dispõem de um prazo para adequação.

A aprovação dessa nova resolução é resultado de um extenso processo de revisão iniciado em 2014 diante da necessidade de aprimoramento da resolução já existente. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), ainda que a nova resolução aprovada apresente algumas limitações técnicas, representa um avanço significativo no que diz respeito ao controle e regulação dos alimentos e o direito do consumidor à informação.

Logo no mês seguinte à aprovação, foi emitida uma nota técnica do Ministério da Agricultura destinada ao Ministério da Saúde, com pedido de revisão do "Guia Alimentar para a População Brasileira", principalmente no que se refere à redução de alimentos

³ O Dossiê apresenta oito casos emblemáticos e recentes de atuação sistemática de atores do setor privado com fins lucrativos contra políticas públicas decisivas de alimentação e nutrição. O documento, produzido por um grupo de pesquisadoras da área, é uma importante ferramenta capaz de identificar atores em comum, dar nomes às ações políticas corporativas para, enfim, proteger e tornar mais idôneas e legítimas as tomadas de decisão, a construção da agenda regulatória, a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas.

ultraprocessados. O Guia Alimentar é um instrumento que oferece informações sobre alimentação e saúde, tendo como referência uma classificação que divide os alimentos de acordo com o nível de processamento em sua produção, enfatizando a importância de prevenção de doenças como obesidade e diabetes.

O Guia Alimentar para a População Brasileira é considerado uma referência internacional, a sua produção é permeada de uma vasta literatura científica nacional e internacional. A nota técnica emitida possui argumentos frágeis e inconsistentes. A ação do Ministério da Agricultura não só desconsidera as recomendações do Ministério da Saúde como também viola o direito da população de saber o que compra e ingere.

Desde o golpe em 2016, percebe-se que o modelo de governo conservador e neoliberal vem se alastrando pelo Brasil, em meio a esse cenário prevalecem medidas que retiram direitos e aumentam as desigualdades sociais. Os cortes nos orçamentos públicos impactaram diretamente a reprodução social da classe trabalhadora, refletindo na inviabilização da rede de serviços disponibilizados à população através das políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento realizado, foi constatado que nos governos Lula (2003 - 2010) e Dilma (2011 - 2015) houve uma maior atenção à questão da alimentação e nutrição, em especial para a obesidade. Apesar dos traços do padrão conservador presentes nos dois governos, o modelo neodesenvolvimentista adotado, em especial no segundo mandato de Lula, permitiu avanços na área das políticas sociais.

Enquanto nos governos Michel Temer (2016 - 2018) e Jair Bolsonaro (2019 - 2022) percebem-se discontinuidades em relação às ações antes implementadas. Nesses governos, o delineamento das políticas sociais volta-se para a reprodução do sistema capitalista em curso, ou seja, em favor do padrão de acumulação.

A temática abordada neste trabalho mostra-se como relevante no contexto atual, é visível a importância de estudos que abordem a obesidade para além da relação saúde/doença, tendo em vista, que estes podem servir como subsídios na elaboração de políticas, programas e ações voltados para a problemática.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado Notícias, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-dedilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

ALVES, B. et al. **INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19: UMA ENTREVISTA COM FRANCISCO MENEZES** 1. Rev. Simbio-Logias, V. 13, Nr. 18 – 2021. Disponível em: <https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/inseguranca_alimentar_e_nutricional_no_brasil.pdf>. Disponível em 12 dez. 2022.

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 24, De 15 de Junho de 2010**. Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, nos termos desta Resolução, e dá outras providências. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_24_2010_.pdf/48fefdb4-08d5-43a6-8da1-134c718f2804>. Acesso em 10 nov 2022.

_____. **Resolução - RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002**. Aprova o Regulamento Técnico sobre rotulagem de alimentos embalados. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/e-legis>>. Acesso em 10 nov 2022.

BACH, Ariane Moser. KIRSCHNER, Daniela Kommers. DESCONZI, Tamires. *Obesidade: políticas, ações e programas públicos*. Salão do Conhecimento, Unijai, 2013. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Pesquisa nacional de saúde e nutrição**. PNSN. Brasília, DF: INAN/MS, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Vigitel Brasil 2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023 [recurso eletrônico]*. – Brasília : Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: *Vigitel Brasil 2023 - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico* — Ministério da Saúde. Acesso em: 26 set. 2024.

_____. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a População Brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Obesidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Resolução nº 429, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. **RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADO**, Brasília, DF, n. 195, p. 106, 9 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/resolucao-rdc-no-429-de-8-de-outubro-de-2020.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2023.

BASTOS, P. P. Z. “**ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: PODER ESTRUTURAL, CONTRADIÇÃO E IDEOLOGIA**”. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 21, nº 2, 2017. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/22050>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. Editora: Cortez.2007.

CORSI, F. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 1, p. 153–165, 30 jun. 2016.

DELGADO, N G. **Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (Re)construção** /Nelson Giordano Delgado, Sílvia Aparecida Zimmermann. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/52128/TD_83.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

FAGNANI, E. **A Política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. *SER Social*, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 41–80, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12682>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FARIA, Ana Luiza Oliveira. **Segurança alimentar como base da política pública nos governos Lula da Silva (2003-2010) – Uma análise de Soft Power –**. 2021. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

FERNANDES, Cláudio. Impeachment de Dilma Rousseff. **História do Mundo**, Goiânia, GO, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/impeachment-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GUIMARÃES, M. H. S. **A política de alimentação no Brasil de Vargas a Bolsonaro: quando FOME se torna um projeto de governo!** 2022. 63 f. Monografia em (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022. <<http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3876>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

HENRIQUES, P et al. **A regulamentação da propaganda de alimentos no Brasil: convergências e conflitos de interesses.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30(6):1219-1228, jun., 2014 Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0102-311X00183912>>. Acesso em: 11 nov 2022.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022. 320 p. ISBN 978-8535261929.

MAGALHÃES, R. REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL. Revista de Direito Sanitário, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 113-133, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.v17i3p113-133. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/127780>>. Acesso em: 10 nov 2022.

NISHIMOTO, J. T. M. **O Estado de Bem-Estar Social no Governo Lula (2003 - 2010).** 2020. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31018>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NORONHA, F. E. **Economia brasileira: breve análise dos governos FHC, Lula e Dilma.** 2019. 48 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em <<http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2308>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

PINHEIRO, Stefanny Monteiro. **OBESIDADE E POBREZA: uma relação efetiva?** Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2009.

SANTOS, Andréia Mendes dos. **Sociedade do consumo: criança e propaganda, uma relação que dá peso.** Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2007.

SOUZA, M. B., & Hoff, T. S. R. (2019). **Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180023. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/3MJh66qb4LrfjwrFLdyttrQ/?lang=pt>>. Acesso em 9 dez. 2022.

VINHAS, F. A. L. **(In)segurança alimentar no Brasil: uma análise das políticas públicas dos governos de Lula** Cadernos de Geografia - Revista Colombiana de Geografia, núm. 19, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281822029014>>. Acesso em 30 dez. 2022.

Capítulo 3

POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Aline Lima

Camilly Silva

Fernanda Ferreira

Letícia Duarte



POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Aline Lima

*Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail:
aline.lima.016@ufrn.edu.br*

Camilly Silva

*Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email:
camilly.vitoria.707@ufrn.edu.br*

Fernanda Ferreira

*Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail:
fernanda.ferreira.112@ufrn.edu.br*

Letícia Duarte

*Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail:
leticia Duarte.703@ufrn.edu.br*

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão acerca das implicações do desenvolvimento das políticas públicas que afetam o cotidiano de saúde das pessoas idosas no território brasileiro, considerando a saúde como um direito social que está previsto na Constituição de 1988. Além disso, a legislação brasileira fornece tanto políticas gerais como específicas com foco na saúde da pessoa idosa, nas quais são definidas diretrizes, indicadores e metas com a finalidade de aprimorar o atendimento a essa parcela da população. É importante destacar a relevância da atuação de equipes multidisciplinares, pois sem ações intersetoriais que integrem as redes de suporte social não será possível dar conta do desafio evidenciado pela transição demográfica, já que o envelhecimento populacional no Brasil é uma realidade já demonstrada através de diversas fontes de estudos. O processo de envelhecimento da população

resulta em necessidades específicas, principalmente no âmbito da saúde, devido a intensificação da frequência e da gravidade de adoecimentos, sobretudo os de natureza crônica, que permanecem por todo o decorrer da vida do indivíduo. Além disso, trata-se de uma população que tem a sua autonomia fragilizada. Assim, o aumento da quantidade de pessoas idosas em todo o mundo gera desafios diversificados para a sociedade em geral e exige do sistema de saúde, em particular, novas formas de atuação.

Palavras-chave: Saúde. Pessoa idosa. Políticas públicas.

ABSTRACT

The article presents a reflection on the implications of the development of public policies that affect the daily health of elderly people in Brazil, considering health as a social right that is provided for in the 1988 Constitution. Furthermore, Brazilian legislation provides both policies general and specific with a focus on the health of elderly people, in which guidelines, indicators and goals are defined with the aim of improving care for this portion of the population. It is important to highlight the relevance of the work of multidisciplinary teams, as without intersectoral actions that integrate social support networks, it will not be possible to address the challenge highlighted by the demographic transition, as population aging in Brazil is a reality already demonstrated through various sources of studies. The aging process of the population results in specific needs, mainly in the area of health, due to the intensification of the frequency and severity of illnesses, especially those of a chronic nature, which persist throughout the individual's life. Furthermore, this is a population whose autonomy is weakened. Thus, the increase in the number of elderly people around the world creates diverse challenges for society in general and requires the health system, in particular, new ways of acting.

Keywords: Health. Elderly person. Public policies.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o envelhecimento faz parte de uma determinação sócio-histórica, que é o fator que designa como se dará esse processo, e que o acesso a direitos como educação, lazer e saúde são determinados pelas condições sociais do indivíduo. A busca pela democratização dos direitos é um processo lento e contínuo e vale ressaltar a importância de superar a barreira da subalternização dos direitos sociais e reconhecer a importância das lutas sociais.

É fato que as políticas sociais avançaram ao longo dos anos, com a constituição de 1988. Contudo, o enxugamento dos gastos públicos e as privatizações são prerrogativas

que afetam diretamente as políticas públicas. O desfinanciamento restringe a capacidade de desenvolvimento das políticas já existentes, tornando-as insuficientes para atender a demanda da população. Um outro ponto a ser ressaltado é a estagnação das políticas sociais e a negação do acesso, que afetam a população na forma de violências e segregações.

Há também um outro fator que impacta negativamente o cotidiano dessa parcela da população, que é o movimento “anti-idade” proposto pela mídia e redes sociais e tem gerado grande impacto no que diz respeito ao processo de aceitação e valorização desse processo de envelhecimento humano e até mesmo na autonomia da pessoa idosa, já que a imagem reproduzida é a de pessoas idosas que não conseguem mais produzir e que por isso são colocados em um padrão de inutilidade.

Para essa lógica, é importante citar a influência do capitalismo que reverencia, sob o argumento daquele e daquela que mais produz e que mais consome, a partir do exposto, é necessário entender também o impacto que a atualidade tem sobre essa temática, as redes sociais e a figura do/a influenciador/a digital trazem uma conjuntura do cenário de vida idealizado como perfeito, desde os aspectos físicos, como peles, cabelos e barrigas até aspectos financeiros, como mansões, carros e festas, tal perspectiva contribui fortemente com a designação capitalista e com a vulnerabilização da imagem da pessoa com mais de 60 anos.

Além disso, há o movimento de responsabilização da família acerca do bem-estar e lazer da pessoa idosa, que acaba contribuindo com uma ocultação da necessidade concreta de políticas públicas, ou seja, da ação do Estado, nisso encontra-se a dicotomia que envolve a problemática: Ao mesmo tempo em que a maioria dos casos de violência contra a pessoa idosa ocorrem dentro de suas casas, a família ocupa um lugar fortemente influente no que diz respeito aos mecanismos de proteção social.

1.1 O envelhecimento da população brasileira

O Brasil passou por uma transformação demográfica a partir da década de 70, quando as famílias que antes eram numerosas e ficavam mais concentradas nas áreas rurais passaram a ser famílias com novas estruturas, com menos filhos e que migraram para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida e de desenvolvimento. Esse fenômeno demográfico se deu por meio da diminuição das

elevadas taxas de mortalidade e fecundidade/natalidade, fazendo então com que houvesse mudanças significativas na chamada estrutura etária da população.

De lá para cá, com as quedas das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, graças às melhores condições de vida e aumento na preocupação com a saúde, principalmente a física, trouxeram um rápido envelhecimento da população brasileira. De modo geral, outros fatores que também são determinantes para esse envelhecimento populacional e queda das taxas de fecundidade, se deram a partir de fatores como, altos custos de vida, maior nível de escolaridade das mulheres, valorização dos planos de carreira, as pessoas buscam crescer profissionalmente para só então pensar em ter filhos, ou por decisão pessoal em optar por não ter filhos.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o Brasil somava 20,5 milhões de pessoas com 60 anos de idade ou mais, representando 10,78% da população residente. Já o Censo de 2022, apontou que a população idosa no país alcançou o número de 31,2 milhões, sendo 14,7% dos brasileiros. O aumento foi de 39,8% no período de 2012 a 2021.

Ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como demonstra o gráfico abaixo, a expectativa de vida dos brasileiros segue aumentando. No início do século, a estimativa de vida era de 34 anos. Nos anos 2000, essa média deu um salto, com uma pessoa no país vivendo até os 70 anos. Já a projeção feita pelo Instituto para 2060 é de que uma pessoa no Brasil possa viver em média até os 81 anos.

Gráfico 1. Gráfico com a descrição da expectativa de vida dos Brasileiros no período de 1900 a 2060



O fato é que, o fenômeno de envelhecimento populacional traz diversos aspectos de mudanças, que afetam tanto a vida social quanto econômica, de modo mais simples, isso implica dizer que haverá menos pessoas nos postos de trabalho e mais gastos com saúde, embora este seja um processo natural da vida humana e portanto não deve ser considerado como um problema, é preciso que exista uma atenção para a discussão acerca das melhores formas de lidar com o fenômeno.

Ainda tratando dessa questão, a diretora de Proteção da Pessoa Idosa do MDHC, Symone Maria Machado Bonfim, ressalta que “São vários aspectos que envolvem o envelhecimento. Não é só o físico. São aspectos mentais, e outras ações como propósito de vida. Temos que trabalhar com mudanças de paradigma para que não se veja a velhice como doença ou como uma época de perdas, sem visibilidade, sem direitos, sem a pessoa ser ouvida, ou de expressar sua vontade, e o direito de fazer escolhas, que é inerente ao ser humano”.

1.2 A pessoa idosa como sujeito de direitos

O envelhecimento populacional traz consigo demandas sociais que precisam ser superadas para garantir condições dignas de vida para as pessoas idosas. Reconhecendo que o processo de saúde e doença vai além das condições físicas, a promoção de serviços de saúde desde a atenção básica emerge como um meio para proporcionar autonomia e contribuir para uma vida mais saudável.

O Estatuto da Pessoa Idosa, através da Lei N° 10.741, de 1º de outubro de 2003, é, sem dúvidas, uma conquista social que expressa a necessidade da valorização da autonomia e da independência da pessoa idosa, reafirmando seus direitos fundamentais. Desse modo, destaca-se o artigo Art. 3º desta lei que discorre que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Dessa maneira, torna-se inquestionável o fato de que a população idosa possui direitos que visam o seu bem-estar físico e mental e que precisam ser colocados em prática não apenas pelos familiares que convivem com pessoas idosas, mas pelo Estado, que também é citado como responsável pela garantia de tais direitos.

Nesse sentido, a implementação da Constituição de 1988 inseriu o modelo de seguridade no Brasil, de acordo com o Artigo 194. “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL,1988). Tal fato se configura como um progresso social, uma vez que a integração destas políticas fomentou a ampliação do acesso à direitos básicos da população, como o caso da saúde que passou a ser um direito universal no Brasil.

1.3 Análise do impacto das políticas públicas na saúde das pessoas idosas

Como mencionado anteriormente, existem diversas políticas públicas tanto voltadas para a população em geral como para as pessoas idosas (que possuem 60 anos ou mais). Porém, apesar de terem a garantia dos direitos como objetivo principal, nem sempre essas políticas se mostram eficientes quando se trata de atender as demandas da população, o que é bastante prejudicial principalmente para quem possui uma idade mais avançada e, conseqüentemente, necessita de mais cuidados com o passar dos anos.

Para isso, em nosso país, temos alguns mecanismos que determinam os direitos que devem ser garantidos para essa parcela da população, como a Política Nacional da Pessoa Idosa, o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política de Saúde da Pessoa Idosa.

A Política Nacional da Pessoa Idosa, também conhecida como a Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, é a mais antiga dentre as leis citadas acima. A partir dela, no Artigo 1º, foi determinado que “a política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”.

O Estatuto da Pessoa Idosa (anteriormente chamado de Estatuto do Idoso), criado em 1º de outubro de 2003, também é uma lei que busca assegurar os direitos da pessoa idosa, assim como a Política Nacional. A diferença entre elas é que o Estatuto estabelece punições mais severas para quem comete crimes contra essa parcela da população.

Por fim, a Política de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria Nº 2.528, de 19 de outubro de 2006) visa “recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde”.

Levando em consideração os objetivos das leis, é possível notar que o principal intuito de todas elas é possibilitar que essas pessoas vivam com mais saúde e autonomia. Vale lembrar que o conceito de saúde está para além da ausência de doença e engloba os direitos sociais estabelecidos no Artigo 6º da nossa Constituição Federal de 1988: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Porém, mesmo com todos esses aparatos legais, ainda vemos diversas falhas quando se trata de garantia de direitos principalmente para esse público em específico.

Um fator que dificulta a garantia desses direitos é que o envelhecimento não é enxergado como prioridade, apesar da população idosa compor quase 16% da população brasileira, de acordo com o Censo 2022. Embora existam muitas políticas que busquem proporcionar uma melhor condição de vida para quem necessita delas, elas não são capazes de acompanhar o rápido crescimento populacional desse grupo e se tornam insuficientes para atender todas as demandas. Porém, não podemos esquecer que as políticas públicas sofrem constantemente com os desfinanciamentos, o que afeta ainda mais os serviços e os usuários deles.

Além disso, há uma responsabilização das famílias em relação aos cuidados com as pessoas idosas, o que, em parte, inibe a ação do Estado e reforça a ideia de que os parentes (geralmente mulheres) devem ser inteiramente responsáveis pelos mais velhos. Para mais, o modo de produção capitalista também colabora de maneira negativa para a negação dos direitos. Mesmo que ainda sejam capazes de exercer o trabalho de maneira eficiente, a visão que a sociedade tem da população idosa é completamente diferente, na qual essas pessoas são julgadas como sendo dispensáveis para o andamento da sociedade.

Dessa forma, é necessário analisar as questões citadas anteriormente para elaborar estratégias que busquem contornar esse cenário e garantir o acesso aos direitos das pessoas idosas.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Para a construção deste documento, a metodologia pautou-se no método materialista histórico-dialético, que se fundamenta na reflexão crítica acerca da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade e considera os diversos fatores

que constroem o cotidiano da vida humana. Além disso, o levantamento de dados necessários para tal construção perpassa a técnica qualitativa, que permite a análise crítica da problemática em questão através de revisão bibliográfica sobre o tema, a partir de artigos acadêmicos e publicações periódicas sobre o tema, esta técnica é uma etapa fundamental para a estruturação de uma pesquisa, já que se trata do levantamento, análise e síntese de trabalhos acadêmicos que resultaram em livros, artigos, teses, e outros materiais que já foram publicados e são considerados relevantes para o tema em debate. Sobre esse processo de análise de dados, discorre Godoy (1995, p. 23):

O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Dito isso, torna-se explícito que o principal objetivo de tal processo é fornecer uma base teórica consistente e coerente, a fim de identificar e explorar lacunas existentes no debate e contextualizar o trabalho no que diz respeito à temática dos direitos da pessoa idosa dentro da esfera de políticas públicas destinadas a esse público, e também de como se dá o acesso dela aos serviços de saúde atualmente, já que de acordo com o site da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (Elsi- Brasil) apontou que:

75,3% dos idosos brasileiros dependem exclusivamente dos serviços prestados no Sistema Único de Saúde, sendo que 83,1% realizaram pelo menos uma consulta médica nos últimos 12 meses. Nesse período, foi identificado ainda 10,2% dos idosos foram hospitalizados uma ou mais vezes. Quase 40% dos idosos possuem uma doença crônica e 29,8% possuem duas ou mais como diabetes, hipertensão ou artrite. Ou seja, ao todo, cerca de 70% dos idosos possuem alguma doença crônica.

Por isso, compreende-se que os dados encontrados, quando agrupados, formam uma base para as reflexões trazidas ao longo do texto e também corroboram as conclusões da pesquisa. Uma vez que, por outro lado, quando há a ausência de um levantamento de dados bem estruturado, qualquer conclusão ou hipótese testada pode ser considerada, mesmo sem fundamentação concreta. Nesse sentido, conclui-se que a escolha de um procedimento metodológico bem estruturado é crucial para o êxito do debate reflexivo em textos do âmbito acadêmico. Ademais, a técnica de estudo longitudinal também foi adotada, uma vez que permite o estudo da problemática ao longo do tempo. Para isso, a

metodologia será dividida em 3 etapas: I. Revisão bibliográfica; II. Coleta de dados; III. Sistematização e análise da informação.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise apresentada, torna-se evidente que o envelhecimento da população mundial e em especial da população brasileira impõe desafios significativos, principalmente no que se refere à saúde pública. As políticas voltadas para a população idosa, embora tenham avançado a partir da Política Nacional do Idoso de 1994 e Estatuto da Pessoa Idosa em 2003, apresentam falhas na eficácia em atender as demandas desse grupo. Por isso, é necessário criar meios que garantam o fortalecimento das políticas existentes, como a integração dos atendimentos e intervenção em saúde feito por uma equipe multidisciplinares envolvidas e articuladas para que o atendimento seja realizado de forma integral e não apenas focada em um elemento que constitui o processo de saúde-doença da população Idosa.

Além disso, responsabilizar apenas a família pelos cuidados com a pessoa idosa influencia a fragilidade dos cuidados em saúde. Neste sentido, é de extrema importância que o estado assuma uma posição ativa na promoção dos direitos. No contexto do tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) previstos na Constituição Federal de 1988, a saúde tem em seus fundamentos a universalidade, isto é, é um direito de todos e não apenas daqueles que necessitam. Isto significa que a atenção à saúde da pessoa idosa deve ser garantida em sua integralidade.

Com o envelhecimento populacional é preciso pensar novas estratégias de atenção primária à saúde, combatendo assim a elevação das doenças, isto garante benefícios não apenas a saúde da população mas também promove uma autonomia da população. O fortalecimento da atenção primária em saúde permite acompanhar o processo de envelhecimento assim como também as doenças que impactam diretamente a autonomia da pessoa idosa, como é o caso das doenças crônicas. Portanto, pensar em estratégias de promoção à saúde é pensar em qualidade de vida, em lazer, cultura, educação e liberdade, ou seja, são elementos que vão além de cuidados físicos.

A promoção da saúde da pessoa idosa está além da ausência de doenças, uma vez que envolve vários elementos. A qualidade de vida, com autonomia e dignidade, exige um esforço contínuo da promoção da valorização da pessoa idosa por toda a sociedade. Nesse

contexto, compreende-se que o conjunto Estado e família precisa se complementar um ao outro e não apenas um delegar deveres ao outro enquanto isenta-se da responsabilidade social que ambos possuem com a população. Como já citado anteriormente, o direito à saúde está inserido no tripé da seguridade social e é de caráter universal, ou seja, deve ser acessado por todas as pessoas, independente da idade.

Dito isso, torna-se evidente que o papel do Estado e da família nas demandas da pessoa idosa relaciona-se diretamente com fatores que promovem proteção, cuidado integral e promoção da dignidade dessa população, a fim de garantir tanto os seus direitos quanto o seu bem-estar de maneira geral. Ao cumprir esses papéis visa-se atender às necessidades da pessoa idosa nas diferentes dimensões de sua vida. A criação de políticas públicas, legislações e serviços que garantam os direitos da pessoa idosa é uma tarefa indispensável do Estado, visando a garantia da proteção ampla que englobe também as demandas de saúde dessa parcela da população.

Ademais, o acesso adequado a serviços de saúde para a população idosa é um fator decisivo para que haja a promoção de um envelhecimento digno. Isso porque tais serviços se apresentam de maneira preventiva, curativa, paliativa e reabilitadora. Através deles, podem ser incluídas iniciativas para a integração social dos idosos, por meio de atividades físicas supervisionadas e programas que estimulem a convivência, que podem auxiliar no combate ao isolamento social, que se apresenta como um dos maiores desafios enfrentados por pessoas com 60 anos ou mais.

De maneira geral, o devido acesso a serviços de saúde de qualidade reduz os índices de mortalidade entre essa parcela da população e contribui para o aumento da expectativa de vida, ao promover um envelhecimento mais saudável. Os serviços de saúde voltados para a prevenção são essenciais para evitar o agravamento de doenças crônicas e garantir um envelhecimento ativo. Dentre eles, há os programas de vacinação, o rastreamento de doenças - como diabetes, hipertensão e câncer - e campanhas de conscientização acerca de hábitos saudáveis, que são essenciais para reduzir a incidência de doenças preveníveis na população idosa.

Para as pessoas idosas que possuem dificuldades de locomoção ou que encontram-se acamadas, destaca-se a importância do serviço de atenção domiciliar, que proporciona continuidade e aprimoramento ao cuidado que já deve existir no ambiente domiciliar, e evita hospitalizações prolongadas, ao passo que proporciona um cuidado mais próximo, de acordo com as necessidades específicas de cada família.

Como foi visto ao longo deste trabalho, no que diz respeito ao acesso a materialização das políticas públicas de promoção à saúde, torna-se indiscutível que a população idosa necessita, em seu cotidiano, de um cuidado multidisciplinar, que envolve não apenas médicos, mas sim equipes multidisciplinares, com enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais da área da saúde que garantam que essas pessoas recebam um atendimento integral, considerando aspectos físicos, mentais e emocionais. Além da garantia de seus direitos sociais que viabilizam a inserção dessas pessoas na sociedade como sujeitos de direitos, que devem ter suas necessidades atendidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Diário Oficial da União Poder Executivo, Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, 1 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 07 out. 2024.

ESTUDO aponta que 75% dos idosos usam apenas o SUS. [S. l.], 4 out. 2018. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-aponta-que-75-dos-idosos-usam-apenas-o-sus#:~:text=0%20Elsi%2D%20Brasil%20apontou%20que,hospitalizados%20uma%20ou%20mais%20vezes>. Acesso em: 07 out. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. **PESQUISA QUALITATIVA. TIPOS FUNDAMENTAIS**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2024.

Mrejen, M.; Nunes, L.; Giacomini, K. (2023) **Envelhecimento populacional e saúde dos idosos: O Brasil está preparado?**. Estudo Institucional n. 10. São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. Acesso em: 09 out. 2024.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. **Transição demográfica: a experiência brasileira**. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, dez. 2012. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 out. 2024. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742012000400003>.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **GOV.BR. Crescimento da população idosa traz desafios para a garantia de direitos.** [S.l.]. Gov, 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/crescimento-da-populacao-idosa-traz-desafios-para-a-garantia-de-direitos>. Acesso em: 10 out. 2024.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. DA C. G.; SILVA, A. L. A. DA .. **Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 19, n. 3, p. 507–519, maio 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150140>

Crescimento da população idosa brasileira expõe urgência de políticas públicas para combater violações e desigualdades. Portal Gov.br, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/crescimento-da-populacao-idosa-brasileira-expoe-urgencia-de-politicas-publicas-para-combater-violacoes-e-desigualdades>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

BRASIL. Lei N° 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

BRASIL. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

Capítulo 4

INOVAÇÕES NO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: TECNOLOGIAS EMERGENTES E SEUS IMPACTOS NA SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE

*Jéssica Milanez Tosin Lima
Bianca Karoline Milanez Tosin
Lais de Brito Carvalho
Wolney Costa Parente Júnior
Vera Lucy Brandão*



INOVAÇÕES NO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: TECNOLOGIAS EMERGENTES E SEUS IMPACTOS NA SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE

Jéssica Milanez Tosin Lima

Engenheira Agrônoma, Mestra em Agronomia, Docente no Instituto de Educação e Inovação – IEDi, jessica.mtosin@hotmail.com

Bianca Karoline Milanez Tosin

Engenheira Agrônoma, Especialista em Extensão e Desenvolvimento Rural, Preceptora de Estágio no Instituto de Educação e Inovação – IEDi, tosinagronomia@gmail.com

Lais de Brito Carvalho

Engenheira Agrônoma, Mestra em Agronomia, Doutoranda em Agronomia pela UFRR

Wolney Costa Parente Júnior

Engenheiro Agrônomo de Agricultura de Roraima, Mestrando em Agroecologia pela UERR

Vera Lucy Brandão

Engenheira Agrônoma, Empresária Yu' PrimaVera, veral.rebelo@gmail.com

RESUMO

As inovações tecnológicas no setor alimentício estão revolucionando o processamento de alimentos, com impactos significativos na segurança alimentar, conservação dos produtos e sustentabilidade. Objetivou-se no presente estudo analisar as principais tecnologias emergentes, como o processamento por alta pressão (HPP), nanotecnologia, biotecnologia e irradiação de alimentos, avaliando seus efeitos sobre a qualidade dos produtos, a redução de resíduos e a eficiência energética. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica de artigos científicos, relatórios de organizações internacionais e estudos de caso relacionados ao uso dessas tecnologias na indústria alimentícia. Foram analisados

dados qualitativos e quantitativos sobre a aplicação das novas tecnologias, destacando seus benefícios e limitações. A análise de dados incluiu a avaliação do impacto das inovações na preservação de nutrientes, no prolongamento da vida útil dos alimentos e na minimização do uso de aditivos químicos. Os resultados mostram que o processamento por alta pressão é uma das tecnologias mais promissoras, capaz de inativar microrganismos patogênicos sem comprometer a qualidade nutricional e sensorial dos alimentos. A nanotecnologia está sendo amplamente aplicada para melhorar a eficiência das embalagens, aumentando a vida útil e a segurança dos produtos. A biotecnologia, por meio da engenharia genética e da fermentação, tem permitido a criação de alimentos funcionais, que trazem benefícios à saúde, além de aumentar a produtividade agrícola. A irradiação de alimentos surge como uma solução eficiente para desinfecção e conservação com menor impacto ambiental. Por fim, conclui-se que as tecnologias emergentes no processamento de alimentos oferecem grandes oportunidades para melhorar a segurança alimentar e promover práticas mais sustentáveis. No entanto, existem desafios para sua ampla adoção, como o custo elevado de implementação e a necessidade de garantir a aceitação por parte dos consumidores. A educação do público e políticas de incentivo à inovação são essenciais para maximizar os benefícios dessas inovações no setor alimentício.

Palavras-chave: Tecnologias emergentes. Processamento de alimentos. Segurança alimentar. Sustentabilidade. Inovação alimentar.

ABSTRACT

Technological innovations in the food sector are revolutionizing food processing, with significant impacts on food safety, product conservation and sustainability. The aim of this study was to analyze the main emerging technologies, such as high pressure processing (HPP), nanotechnology, biotechnology and food irradiation, evaluating their effects on product quality, waste reduction and energy efficiency. The methodology used consisted of a bibliographical review of scientific articles, reports from international organizations and case studies related to the use of these technologies in the food industry. Qualitative and quantitative data on the application of new technologies were analyzed, highlighting their benefits and limitations. Data analysis included assessing the impact of innovations on preserving nutrients, extending the shelf life of food and minimizing the use of chemical additives. The results show that high pressure processing is one of the most promising technologies, capable of inactivating pathogenic microorganisms without compromising the nutritional and sensorial quality of food. Nanotechnology is being widely applied to improve packaging efficiency, increasing the shelf life and safety of products. Biotechnology, through genetic engineering and fermentation, has allowed the creation of functional foods, which bring health benefits, in addition to increasing agricultural productivity. Food irradiation appears as an efficient solution for disinfection and conservation with less environmental impact. Finally, it is concluded that emerging

technologies in food processing offer great opportunities to improve food security and promote more sustainable practices. However, there are challenges to its widespread adoption, such as the high cost of implementation and the need to ensure consumer acceptance. Public education and policies to encourage innovation are essential to maximize the benefits of these innovations in the food sector.

Keywords: Emerging technologies. Food processing. Food security. Sustainability. Food innovation.

1. INTRODUÇÃO

O processamento de alimentos tem sido um dos principais pilares para garantir a oferta contínua e segura de alimentos à população global. Com o aumento da demanda por alimentos de alta qualidade e a crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental, a indústria alimentícia tem buscado incorporar novas tecnologias que otimizem os processos produtivos, prolonguem a vida útil dos alimentos e garantam a segurança alimentar. A evolução dessas tecnologias é fundamental para responder aos desafios impostos pelo crescimento populacional, urbanização acelerada e mudanças climáticas, que afetam a disponibilidade de recursos naturais e o acesso a alimentos seguros e nutritivos (Gurtler et al., 2018).

Nos últimos anos, tecnologias emergentes no processamento de alimentos, como o processamento por alta pressão (HPP), nanotecnologia, biotecnologia, irradiação de alimentos e embalagens inteligentes, têm sido amplamente estudadas por seus impactos positivos na preservação de nutrientes, segurança microbiológica e eficiência energética (Yam et al., 2017; Li et al., 2020). O processamento por alta pressão, por exemplo, oferece uma alternativa não térmica para a inativação de microrganismos patogênicos sem prejudicar as propriedades sensoriais e nutricionais dos alimentos (Silva & Gibbs, 2015).

A nanotecnologia, por sua vez, tem permitido o desenvolvimento de embalagens mais eficientes e sistemas de liberação controlada de ingredientes bioativos, o que pode aumentar a vida útil dos produtos e reduzir o desperdício de alimentos (Sorrentino et al., 2017). Além de melhorar a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar, essas tecnologias têm potencial para promover a sustentabilidade ao reduzir o uso de insumos químicos e energéticos, diminuir o desperdício de alimentos e permitir o aproveitamento de subprodutos e resíduos agroindustriais (Fellows, 2016).

No entanto, a adoção dessas inovações enfrenta desafios, como o alto custo de implementação e a resistência dos consumidores a novas tecnologias, como a biotecnologia e a irradiação de alimentos (Djekic et al., 2021). Objetivou-se no presente estudo analisar as principais tecnologias emergentes no processamento de alimentos, avaliando seus impactos na segurança alimentar, na conservação dos produtos e na sustentabilidade. Foram exploradas as oportunidades que essas inovações oferecem para a indústria alimentícia, bem como os desafios que precisam ser superados para que sua adoção seja amplamente disseminada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O avanço tecnológico no setor alimentício tem impulsionado o desenvolvimento de novas abordagens no processamento de alimentos, visando responder a demandas globais por segurança alimentar e práticas sustentáveis. As tecnologias emergentes, como o processamento por alta pressão, nanotecnologia, biotecnologia e irradiação de alimentos, têm se destacado por seus benefícios à preservação dos alimentos, à segurança microbiológica e à redução do impacto ambiental (Fellows, 2016; Gurtler et al., 2018).

Nos últimos anos, as inovações no processamento de alimentos têm ganhado destaque como soluções essenciais para lidar com os desafios globais da segurança alimentar e da sustentabilidade. A segurança alimentar é uma prioridade mundial, envolvendo a garantia de que todos tenham acesso a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente. Simultaneamente, as preocupações com a sustentabilidade ambiental demandam práticas que minimizem os impactos ao meio ambiente, como a redução de resíduos e o uso eficiente de recursos. Para isso, tecnologias emergentes no processamento de alimentos vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de preservar a qualidade nutricional e sensorial dos alimentos, prolongar sua vida útil e reduzir o desperdício (Djekic et al., 2021).

2.1 Segurança Alimentar e Sustentabilidade no Contexto Global

A segurança alimentar envolve a disponibilidade de alimentos seguros e nutritivos para a população, um desafio agravado pelo crescimento populacional, mudanças climáticas e pressão sobre os recursos naturais. O desperdício de alimentos, seja por

ineficiência no processamento, transporte ou armazenamento, contribui para a insegurança alimentar (FAO, 2020). Nesse cenário, a adoção de novas tecnologias no processamento de alimentos tem sido apontada como uma solução promissora para garantir a segurança dos alimentos, aumentando sua vida útil e reduzindo a contaminação microbiológica (Silva & Gibbs, 2015).

Além disso, as práticas sustentáveis são essenciais para minimizar os impactos ambientais da produção e processamento de alimentos. Tecnologias que otimizam o uso de energia, água e insumos químicos são fundamentais para garantir que o crescimento da indústria alimentícia não comprometa os ecossistemas (Djekic et al., 2021). A sustentabilidade no setor alimentício, portanto, requer o uso de métodos que reduzam tanto o desperdício quanto os resíduos gerados no processamento.

2.2 Tecnologias Emergentes no Processamento de Alimentos

As tecnologias emergentes no processamento de alimentos representam inovações que buscam otimizar a produção, conservação e segurança dos alimentos, respondendo a demandas crescentes por eficiência, qualidade e sustentabilidade (Chen et al., 2019). Essas tecnologias visam não apenas preservar o valor nutricional e a qualidade sensorial dos alimentos, mas também reduzir o uso de aditivos químicos, minimizar perdas e desperdícios e aumentar a segurança alimentar.

Entre as principais inovações, destacam-se Processamento por Alta Pressão (HPP), Nanotecnologia, Irradiação de Alimentos, Tecnologias de Biotecnologia (Yam et al., 2017). Essas tecnologias emergentes representam o futuro do processamento de alimentos, oferecendo soluções que integram inovação, segurança e sustentabilidade, ao mesmo tempo que atendem às exigências do consumidor moderno por alimentos mais saudáveis e seguros (Miller & Kumpulainen, 2016).

2.2.1 Processamento por Alta Pressão (HPP)

O processamento por alta pressão (HPP) é uma tecnologia não térmica que utiliza pressão hidrostática elevada para inativar microrganismos patogênicos e deteriorantes em alimentos embalados, sem a necessidade de altas temperaturas. Ao preservar as características sensoriais e nutricionais dos alimentos, o HPP se destaca como uma

inovação segura e sustentável, capaz de prolongar a vida útil de produtos frescos e processados (Yam et al., 2017).

O HPP tem sido amplamente estudado como uma alternativa não térmica para preservar alimentos frescos e minimamente processados. A tecnologia utiliza alta pressão hidrostática para inativar microrganismos patogênicos e deteriorantes, mantendo a qualidade nutricional e sensorial dos alimentos, uma vez que não há uso de calor (Silva & Gibbs, 2015). Uma vez que pressão alta aplicada nos alimentos inativa microrganismos sem afetar os nutrientes sensíveis ao calor, como vitaminas e compostos bioativos, o que a torna particularmente atrativa para alimentos minimamente processados (Silva & Gibbs, 2015).

Estudos mostram que essa tecnologia pode aumentar significativamente a vida útil dos alimentos, além de reduzir a necessidade de conservantes químicos, o que a torna uma opção sustentável para a indústria alimentícia (Gurtler et al., 2018).

2.2.2 Nanotecnologia

A nanotecnologia é outra inovação promissora, aplicada em diversas áreas do processamento de alimentos. A nanotecnologia tem sido aplicada na indústria de alimentos para desenvolver embalagens inteligentes e melhorar a segurança e qualidade dos produtos. Nanocompósitos podem incorporar sensores que detectam contaminação microbiológica, deterioração ou mudanças no ambiente da embalagem, como umidade e temperatura, alertando para a necessidade de intervenção (Sorrentino et al., 2017). No contexto de embalagens alimentares, os nanomateriais estão sendo utilizados para criar embalagens inteligentes e ativas, capazes de detectar mudanças na qualidade dos alimentos ou liberar compostos bioativos que prolongam sua vida útil (Li et al., 2020).

Além disso, a nanotecnologia permite a criação de materiais mais resistentes, o que aumenta a vida útil dos produtos e reduz o desperdício de alimentos (Li et al., 2020), possibilitando também pode melhorar a segurança alimentar ao introduzir partículas com propriedades antimicrobianas, como nanopartículas de prata ou dióxido de titânio, que inibem o crescimento de patógenos nos alimentos (Sorrentino et al., 2017).

2.2.3 Biotecnologia e Alimentos Funcionais

A biotecnologia oferece várias aplicações no setor alimentício, desde o desenvolvimento de alimentos funcionais enriquecidos com compostos benéficos à saúde até a otimização da produção agrícola e pecuária. As técnicas de fermentação controlada e a engenharia genética são utilizadas para aumentar a segurança alimentar, reduzir a dependência de produtos químicos e melhorar a eficiência na produção de alimentos (Gurtler et al., 2018).

A biotecnologia aplicada ao processamento de alimentos envolve o uso de microrganismos e enzimas para melhorar a eficiência de processos, criar alimentos funcionais ou desenvolver novos produtos alimentícios. A engenharia genética, por exemplo, permite a modificação de organismos para produzir alimentos com características nutricionais aprimoradas, como maior teor de vitaminas e minerais, ou alimentos que ajudam a prevenir doenças (Zhang et al., 2021). As tecnologias de fermentação, amplamente utilizadas em produtos lácteos, pães e bebidas, têm evoluído para produzir alimentos com maior valor agregado e potencial probiótico, contribuindo para a saúde do consumidor e a sustentabilidade da produção.

Além disso, a biotecnologia contribui para o desenvolvimento de soluções sustentáveis, como o aproveitamento de resíduos agroindustriais para a criação de novos produtos (Fellows, 2016).

2.2.4 Irradiação de Alimentos

A irradiação é uma tecnologia que utiliza radiação ionizante para inativar microrganismos patogênicos e insetos nos alimentos, prolongando sua vida útil sem a necessidade de conservantes químicos, e retardando a deterioração de frutas e vegetais. Embora sua aceitação seja limitada em alguns mercados devido a percepções equivocadas sobre segurança, a irradiação é uma tecnologia eficaz e segura para a conservação de alimentos, com baixo consumo energético e sem alterar significativamente as características organolépticas dos produtos (Djekic et al., 2021).

A resistência dos consumidores em algumas regiões, é devido à percepção equivocada de que torna os alimentos “radioativos”, a irradiação é uma técnica segura, validada por organizações internacionais como a FAO e a OMS, e oferece uma solução

eficaz para aumentar a segurança alimentar sem comprometer a qualidade nutricional dos alimentos (Fellows, 2016).

2.3 Desafios e Oportunidades na Adoção das Tecnologias

Embora as tecnologias emergentes apresentem grandes benefícios, sua implementação enfrenta desafios, especialmente para pequenos e médios produtores. O alto custo de instalação e manutenção de equipamentos avançados, como os utilizados no HPP ou em sistemas de nanotecnologia, pode ser proibitivo, limitando a adoção em larga escala (Silva & Gibbs, 2015). Além disso, a aceitação do consumidor em relação a tecnologias como biotecnologia e irradiação de alimentos ainda é um obstáculo, exigindo esforços educacionais para informar sobre a segurança e os benefícios dessas inovações (Djekic et al., 2021).

No entanto, políticas públicas e incentivos à inovação podem fomentar a adoção dessas tecnologias, especialmente por meio de programas de financiamento e assistência técnica para produtores. Além disso, a educação e conscientização do consumidor são fundamentais para promover a aceitação de novas tecnologias e práticas sustentáveis no processamento de alimentos (Gurtler et al., 2018).

2.4 Impactos das Tecnologias Emergentes na Segurança Alimentar

As tecnologias emergentes descritas têm impacto direto na segurança alimentar ao garantir que os alimentos sejam livres de contaminantes e mantidos em condições adequadas para consumo. O processamento por alta pressão, por exemplo, permite a inativação de patógenos sem a necessidade de calor, o que preserva melhor a textura e o valor nutricional dos alimentos (Silva & Gibbs, 2015). A nanotecnologia, por sua vez, tem contribuído para o desenvolvimento de embalagens que monitoram a qualidade dos alimentos em tempo real, alertando o consumidor sobre possíveis contaminações ou deterioração (Li et al., 2020).

A biotecnologia, especialmente no desenvolvimento de alimentos funcionais, tem o potencial de melhorar a saúde pública ao oferecer alimentos com propriedades benéficas para a prevenção de doenças (Zhang et al., 2021). A irradiação de alimentos, já amplamente aplicada em países desenvolvidos, também se mostra uma ferramenta

eficiente para a conservação de alimentos, especialmente em áreas com infraestrutura limitada, onde a refrigeração é precária (Fellows, 2016).

2.5 Sustentabilidade e Redução de Resíduos

Além de contribuir para a segurança alimentar, as novas tecnologias no processamento de alimentos desempenham um papel vital na promoção da sustentabilidade. O HPP, ao prolongar a vida útil dos alimentos, reduz o desperdício ao longo da cadeia de suprimentos. Tecnologias como a biotecnologia e a nanotecnologia também podem ser aplicadas na valorização de resíduos agroindustriais, transformando subprodutos em novos insumos ou alimentos funcionais, contribuindo para a economia circular (Djekic et al., 2021).

A nanotecnologia aplicada a embalagens inteligentes tem se mostrado eficaz para reduzir o desperdício, permitindo um monitoramento mais preciso da deterioração dos alimentos, enquanto a biotecnologia pode otimizar processos industriais, minimizando o uso de recursos como água e energia (Li et al., 2020). A adoção dessas tecnologias na indústria alimentícia, portanto, não só melhora a qualidade dos alimentos, como também apoia práticas mais sustentáveis, essenciais em um cenário global de crescentes preocupações ambientais.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia proposta para o artigo “Inovações no Processamento de Alimentos: Tecnologias Emergentes e Seus Impactos na Segurança Alimentar e Sustentabilidade” foi baseada em práticas de revisão sistemática da literatura descritas por diversos autores na área de pesquisa acadêmica. Para a elaboração desta metodologia, foram considerados os seguintes referenciais:

- Booth, A., Sutton, A., & Papaioannou, D. (2016). *Systematic approaches to a successful literature review* (2nd ed.). Sage Publications. Este livro fornece diretrizes abrangentes sobre como realizar uma revisão sistemática da literatura, incluindo definição do problema, busca e seleção de artigos, e análise crítica.
- Kitchenham, B., & Charters, S. (2007). *Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering*. Technical Report. EBSE Technical

Report. Embora focado em engenharia de software, este relatório técnico oferece uma estrutura detalhada para realizar revisões sistemáticas, aplicável a outras áreas de pesquisa.

- Cooper, H. (2017). *Research synthesis and meta-analysis: A step-by-step approach* (5th ed.). Sage Publications. Cooper discute metodologias para a síntese de pesquisas e meta-análise, abordando como compilar e integrar informações de múltiplos estudos para uma análise mais robusta.

Essas referências forneceram uma base sólida para a abordagem metodológica do artigo, garantindo uma análise abrangente e rigorosa das tecnologias emergentes no processamento de alimentos.

A pesquisa foi desenvolvida em cinco fases (Definição do Problema e Objetivo, Revisão da Literatura, Seleção e Análise dos Artigos, Síntese das Informações, Elaboração do Relatório), com o objetivo de analisar as principais tecnologias emergentes no processamento de alimentos e seus impactos na segurança alimentar e na sustentabilidade. A metodologia adotada envolveu uma revisão sistemática da literatura, análise crítica dos artigos selecionados e síntese das informações obtidas.

Inicialmente, foi definido o problema de pesquisa e o objetivo geral, que é analisar as principais tecnologias emergentes no processamento de alimentos, avaliando seus impactos na segurança alimentar, na conservação dos produtos e na sustentabilidade. A questão central foi identificar as inovações tecnológicas mais relevantes e suas implicações para o setor alimentício.

Para a revisão da literatura, foram utilizados buscadores acadêmicos e bases de dados eletrônicas, como Google Scholar, PubMed, Scopus e Web of Science. Os critérios de inclusão foram artigos publicados no período de 2015 a 2024, que abordassem tecnologias emergentes no processamento de alimentos. Palavras-chave como "tecnologias emergentes no processamento de alimentos", "alta pressão", "nanotecnologia", "biotecnologia", "irradiação de alimentos" e "sustentabilidade" foram usadas para refinar as buscas.

A seleção dos artigos foi realizada com base em sua relevância para o tema e na qualidade metodológica. Os artigos selecionados passaram por uma análise crítica, considerando aspectos como a descrição da tecnologia, sua aplicação prática, benefícios, desafios e impactos na segurança alimentar e sustentabilidade. A análise dos artigos

seguiu um protocolo sistemático para garantir a consistência e a integridade das informações.

Após a análise crítica dos artigos, as informações foram sintetizadas para identificar padrões e tendências emergentes. Foi feita uma comparação entre diferentes tecnologias, destacando suas semelhanças, diferenças e efeitos sobre a segurança alimentar e a sustentabilidade. As oportunidades e desafios associados à adoção dessas tecnologias foram discutidos com base nos achados da literatura.

Com base na síntese das informações, foi elaborado um relatório que inclui a descrição das principais tecnologias emergentes, seus impactos, oportunidades e desafios. O relatório foi estruturado para refletir a introdução, objetivos, metodologia, análise dos dados e considerações finais, proporcionando uma visão abrangente das inovações no processamento de alimentos.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados revelam que as tecnologias emergentes no setor primário estão associadas a melhorias na segurança alimentar, redução da geração de resíduos e aumento da sustentabilidade no processamento de alimentos. Dessa forma, os dados coletados apontam que tecnologias emergentes, como processamento por alta pressão, irradiação e nanotecnologia, são essenciais para melhorar a segurança dos alimentos, eliminando patógenos e aumentando a vida útil sem comprometer a qualidade.

Tabela 1- Seleção e Análise dos Artigos sobre Tecnologias Emergentes no Setor Primário, Geração de Resíduos e Segurança Alimentar, LIMA et al. (2024).

Seleção e Análise dos Artigos sobre Tecnologias Emergentes no Setor Primário, Geração de Resíduos e Segurança Alimentar			
Título do Artigo	Ano de Publicação	Objetivo Geral	Conclusão
"Non-thermal Technologies for Food Preservation: Continuous vs. Discontinuous Processes"	2015	Comparar processos contínuos e descontínuos em tecnologias de preservação não térmica.	Os processos contínuos são mais eficientes para a indústria de grande escala, com impacto positivo na sustentabilidade.
"Technologies for the Safe and Sustainable"	2016	Discutir tendências e avanços em tecnologias de	O desenvolvimento de tecnologias sustentáveis é essencial para minimizar o

"Processing of Foods: Trends and Developments"		processamento seguro e sustentável de alimentos.	impacto ambiental do processamento de alimentos.
"High Pressure Processing of Foods: Principles, Technology and Applications"	2018	Revisar os princípios e aplicações do processamento por alta pressão no setor alimentício.	O processamento por alta pressão pode melhorar a segurança alimentar e a durabilidade, reduzindo a necessidade de aditivos.
"Applications of Biotechnology in Food Industry: A Comprehensive Review"	2018	Revisar as aplicações da biotecnologia na indústria alimentícia, destacando avanços e limitações.	A biotecnologia oferece novas oportunidades para a produção sustentável, mas apresenta desafios em aceitação social.
"Food Processing Innovations and Their Impact on Food Safety and Quality"	2019	Avaliar as inovações no processamento de alimentos e seu impacto na segurança e qualidade.	As inovações contribuem para alimentos mais seguros e de alta qualidade, com potencial para reduzir desperdícios.
"Emerging Food Processing Technologies and Their Impact on the Quality and Safety of Meat Products"	2019	Analisar o impacto de tecnologias emergentes na qualidade e segurança de produtos cárneos.	As tecnologias emergentes melhoram a segurança sem comprometer a qualidade dos produtos.
"Innovations in Food Packaging: Enhancing Food Safety and Sustainability"	2020	Analisar novas tecnologias de embalagens alimentícias e seu impacto na segurança e sustentabilidade.	As inovações em embalagens ativas e biodegradáveis aumentam a segurança alimentar e reduzem o impacto ambiental.
"Recent Developments in Food Irradiation Technologies and Their Applications"	2021	Avaliar os avanços recentes nas tecnologias de irradiação e suas aplicações na segurança de alimentos.	A irradiação pode ser uma ferramenta eficaz para esterilização, mas precisa ser combinada com outras técnicas para otimização.
"Biotechnological Advances in"	2021	Revisar os avanços em biotecnologia	As inovações biotecnológicas promovem

Functional Foods: A Review of Recent Trends"		para alimentos funcionais e seus benefícios para a saúde.	a produção de alimentos mais nutritivos e seguros, mas requerem regulação rigorosa.
"Nanotechnology in Food Industry: A Review"	2022	Revisar o uso da nanotecnologia na indústria de alimentos, destacando benefícios e desafios.	A nanotecnologia melhora a conservação e qualidade dos alimentos, mas requer avaliação rigorosa dos riscos à saúde humana.

Fonte: LIMA et al. (2024)

Os artigos analisados enfatizam o papel das tecnologias emergentes na melhoria da segurança alimentar. A maioria dos estudos aponta que tecnologias como o processamento por alta pressão, irradiação e nanotecnologia são eficazes na inativação de microrganismos patogênicos e na extensão da vida útil dos produtos. Isso é corroborado por um artigo que explora o uso do processamento por alta pressão para preservar o valor nutricional dos alimentos, que converge com o estudo de Chen et al. (2019) encontrado na literatura.

No entanto, há divergências nos achados sobre os desafios na implementação dessas tecnologias. Alguns artigos discutem a necessidade de complementar processos não térmicos com outros métodos para garantir a segurança, especialmente em alimentos com alta carga microbiológica. Silva e Gibbs (2015), por exemplo, destacam que a combinação de métodos é essencial para otimização, enquanto outros autores, como Jung et al. (2018), discutem a resistência do consumidor em relação a técnicas como a irradiação devido a preocupações com segurança.

Estudos adicionais, como o de Knorr et al. (2019), confirmam a eficácia do processamento por alta pressão, ressaltando que esse método preserva melhor os nutrientes em comparação com técnicas térmicas tradicionais. Ao mesmo tempo, Rijk et al. (2020) identificam que a irradiação é eficaz contra uma ampla gama de patógenos alimentares, embora haja resistência do consumidor devido a preocupações com segurança e percepção de qualidade. Em contraste, estudos como o de Sun et al. (2021) apontam desafios relacionados ao custo elevado de tecnologias avançadas, como a nanotecnologia, especialmente em sua implementação na cadeia produtiva de países em desenvolvimento.

Jung et al. (2018) acrescentam que a aceitação do público em relação a essas tecnologias ainda é limitada, exigindo campanhas educativas para informar os benefícios e segurança.

A redução de resíduos no setor primário, impulsionada por tecnologias de precisão, tem mostrado resultados positivos. Por exemplo, Choudhary e Sharma (2021) destacam que a utilização de sensores e tecnologias de monitoramento reduzem o uso excessivo de insumos agrícolas, resultando em uma cadeia produtiva mais eficiente e sustentável.

Outros autores, como Wang et al. (2019), relatam que técnicas de automação e biotecnologia contribuem para o reaproveitamento de resíduos como matéria-prima para biocombustíveis, fortalecendo a sustentabilidade. Por outro lado, Rodríguez-Amaya (2020) argumenta que o alto custo de aquisição e a necessidade de infraestrutura adequada para tecnologias avançadas ainda são barreiras significativas para a adoção em larga escala, especialmente em propriedades rurais menores. Além disso, Umberger et al. (2020) discutem que a falta de regulamentações claras para tecnologias de precisão pode criar incertezas entre os agricultores, prejudicando a implementação.

Inovações em embalagens, como o uso de materiais biodegradáveis e embalagens ativas, são frequentemente vistas como soluções sustentáveis para o setor de alimentos. Tang et al. (2019) indicam que essas embalagens reduzem significativamente o desperdício de alimentos, enquanto Zhang e Zhao (2022) apontam que o uso de bioplásticos, derivados de resíduos agrícolas, diminui o impacto ambiental causado por plásticos tradicionais. Os estudos de González et al. (2020) mostram que materiais com propriedades antimicrobianas, incorporados em embalagens, podem prolongar a vida útil dos alimentos e garantir sua segurança.

A redução de resíduos foi abordada em diversos artigos que destacam a importância das tecnologias avançadas, como biotecnologia e automação, para minimizar o desperdício. A maioria dos estudos analisados demonstrou que o uso de sensores, controle automatizado e técnicas de precisão contribui para a redução do uso de insumos e a eficiência do setor primário. Esses achados são alinhados com o estudo de Djekic et al. (2021), que indica a melhoria na sustentabilidade com a aplicação de tecnologias de precisão.

Por outro lado, artigos selecionados apresentam perspectivas críticas quanto aos custos de implementação, particularmente em pequenas propriedades rurais. Alguns

estudos, como o de Fellows (2016), argumentam que o custo elevado e a necessidade de infraestrutura adequada representam barreiras significativas para a adoção dessas tecnologias. Isso é também apoiado por outros autores que discutem a dificuldade de implementação em países em desenvolvimento devido à falta de suporte financeiro e técnico.

No entanto, Lee e Cho (2021) destacam que, apesar dos avanços, há desafios em relação à durabilidade e à resistência de materiais biodegradáveis, o que pode limitar sua aplicação em determinados produtos alimentares. Ferrara e De Feo (2018) acrescentam que os custos de produção ainda são elevados, o que restringe o uso generalizado dessas tecnologias no mercado. Comparação dos Resultados com a Literatura Os resultados discutidos corroboram amplamente com a literatura existente sobre as vantagens das tecnologias emergentes para a segurança alimentar e sustentabilidade. No entanto, os desafios, principalmente relacionados ao custo de implementação, aceitação pública e regulamentação, são questões recorrentes.

Chang et al. (2020) recomendam políticas governamentais que incentivem o uso de tecnologias sustentáveis através de subsídios e treinamentos técnicos. Por outro lado, Bhuyan et al. (2019) sugerem a necessidade de parcerias entre o setor privado e instituições de pesquisa para promover o desenvolvimento de tecnologias mais acessíveis e adaptadas às realidades locais.

Os artigos selecionados destacam o uso de inovações em embalagens sustentáveis como uma tendência crescente para promover a sustentabilidade no processamento de alimentos. As embalagens biodegradáveis e com propriedades antimicrobianas são frequentemente mencionadas como soluções eficazes para reduzir o uso de plásticos convencionais e prolongar a vida útil dos produtos. Estudos na tabela corroboram com as conclusões de Yam et al. (2017), que enfatizam a segurança e a preservação proporcionadas por embalagens ativas. Por outro lado, alguns estudos questionam a viabilidade econômica dessas inovações.

O artigo de Zhang et al. (2021) menciona que as barreiras relacionadas aos custos de produção e à aceitação pública ainda representam desafios consideráveis. Esses achados também são suportados por Lee e Cho (2021), que discutem as limitações dos materiais biodegradáveis em termos de resistência e durabilidade para certos tipos de alimentos.

A discussão dos artigos selecionados demonstra uma convergência geral com a literatura revisada no que diz respeito às vantagens das tecnologias emergentes para a segurança alimentar, redução de resíduos e promoção da sustentabilidade. No entanto, existem discordâncias em relação aos desafios de implementação, particularmente quanto ao custo e à aceitação do consumidor. Esses desafios são frequentemente mencionados como barreiras que necessitam de abordagens políticas e econômicas mais eficazes para facilitar a adoção dessas tecnologias em larga escala. Os artigos selecionados forneçam evidências consistentes sobre os benefícios das novas tecnologias, ainda existem desafios que precisam ser superados.

A literatura aponta para a necessidade de políticas públicas que incentivem a adoção de tecnologias sustentáveis e de programas de capacitação para os profissionais do setor. Além disso, o suporte financeiro para pequenos produtores é essencial para garantir uma implementação equitativa dessas inovações em diferentes contextos econômicos e sociais. Essas conclusões mostram a importância de um esforço colaborativo entre pesquisadores, indústria e governo para promover uma cadeia produtiva de alimentos mais segura e sustentável, aproveitando ao máximo as tecnologias emergentes e abordando suas limitações de forma proativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações em embalagens, como materiais biodegradáveis, representam uma oportunidade para garantir a segurança alimentar enquanto minimizam o impacto ambiental. No entanto, a aceitação do consumidor e a viabilidade econômica dessas soluções precisam ser consideradas.

Dessa forma a adoção de tecnologias emergentes no setor primário requer um esforço conjunto entre governos, indústria e sociedade civil. Políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis, além de programas de capacitação, são essenciais para superar as barreiras existentes. A integração responsável de novas tecnologias é fundamental para garantir uma cadeia produtiva de alimentos mais segura e sustentável, alinhando a inovação tecnológica à equidade e à proteção ambiental.

REFERÊNCIAS

- Bhuyan, R., Singh, V., & Sharma, R. Emerging trends in food safety: Challenges and opportunities. **Journal of Food Safety**, 39(5), e12593, 2019.
- Chang, M. J., Tan, T. B., & Hasmadi, M. Impact of food processing technologies on food safety and quality: Current trends. **Journal of Food Science and Technology**, 57(11), 4205-4218, 2020.
- Chen, H., Liu, Y., & Wang, J. Emerging technologies in food processing: Opportunities and challenges. **Food Engineering Reviews**, 11(4), 295-313, 2019.
- Choudhary, P., & Sharma, A. Precision agriculture and its impact on sustainable farming. **Agricultural Sciences**, 12(2), 34-46, 2021.
- Djekic, I., Putnik, P., Lorenzo, J. M., Barba, F. J., & Kovacevic, D. B. Innovative technologies in food processing: An update of trends and perspectives in science and industry. **Comprehensive Reviews in Food Science and Food Safety**, 20(2), 1245-1260, 2021.
- Ferrara, C., & De Feo, G. Comparative environmental life cycle assessment of materials for food packaging applications. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 15(11), 2435. 2018.
- Fellows, P. **Food processing technology: Principles and practice** (4th ed.). Woodhead Publishing, 2016.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets**. FAO, 2020.
- González, A., Alvarez, I., & Rivas, A. Antimicrobial materials in food packaging applications. **Journal of Food Engineering**, 279, 109943. 2020.
- Gurtler, J. B., Fan, X., & Niemira, B. A. (2018). Food processing and preservation technologies: Advances and applications. **Annual Review of Food Science and Technology**, 9, 1-22.
- Jung, S., Lee, S., & Shin, D. Public acceptance of nanotechnology in food processing. **Food Control**, 91, 177-185. 2018.
- Knorr, D., Augustin, M. A., & Tiwari, B. K. Emerging technologies in food processing: Trends and challenges. **Journal of Food Engineering**, 249, 1-3. 2019.
- Lee, Y., & Cho, J. Challenges in the development of biodegradable packaging for the food industry. **Journal of Cleaner Production**, 278, 123407. 2021.
- Li, B., Sui, J., & Bai, F. Applications of nanotechnology in food safety and quality: Current trends and future perspectives. **Critical Reviews in Food Science and Nutrition**, 60(6), 1204-1221, 2020.

- Miller, K., & Kumpulainen, J. Irradiation of food: Its role in food safety and quality. **Food Control**, 65, 150-156, 2016.
- Rijk, R., Ferreira, M. S. L., & Lopez, M. A. C. Food irradiation: Techniques and perspectives. **Comprehensive Reviews in Food Science and Food Safety**, 19(1), 109-130. 2020.
- Rodríguez-Amaya, D. B. Food waste management and sustainability. **Food Control**, 123, 107857. 2020.
- Silva, F. V. M., & Gibbs, P. A. Non-thermal technologies for food preservation: Continuous vs. discontinuous processes. **Trends in Food Science & Technology**, 47, 96-107, 2015.
- Sorrentino, A., Gorrasi, G., & Vittoria, V. Potential perspectives of bio-nanocomposites for food packaging applications. **Trends in Food Science & Technology**, 18(2), 84-95, 2017.
- Sun, D., Zhou, G., & Xu, Z. Nanotechnology and food safety: Challenges and opportunities. **Trends in Food Science & Technology**, 116, 1235-1248. 2021.
- Tang, Y., Han, J. H., & Jang, H. Active and intelligent packaging applications for fresh and processed foods. **Food Engineering Reviews**, 11(1), 1-13. 2019.
- Umberger, W. J., Mitchell, L., & Mueller, S. Adoption barriers for precision agriculture in smallholder systems. **Agricultural Systems**, 180, 102767. 2020.
- Wang, Y., Zhang, L., & Li, Y. Biotechnological innovations for sustainable agriculture. **Current Opinion in Biotechnology**, 61, 1-6. 2019.
- Yam, K. L., Lee, D. S., & Piergiovanni, L. **Food packaging science and technology** (2nd ed.). CRC Press, 2017.
- Zhang, L., & Zhao, J. Biodegradable plastics derived from agricultural waste: Recent progress and perspectives. **Journal of Environmental Management**, 303, 114-123. 2022.
- Zhang, H., Jin, Y., Zhu, Z., & Ouyang, S. Biotechnological advances in functional foods: A review of recent trends. **Journal of Food Science**, 86(8), 3621-3632, 2021.

Capítulo 5

VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA IDOSO: PREVALÊNCIA FATOS ASSOCIADOS

Cleiton José Lemos de Oliveira



VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA IDOSO: PREVALÊNCIA FATOS ASSOCIADOS

Cleiton José Lemos de Oliveira

Especialista em elaboração de projetos sociais e escuta qualificada de crianças e adolescentes pela faculdade Brasil Amazônia, FIBRA. Email: cleitonjoselemos3@gmail.com

RESUMO

O objetivo geral foi analisar as dificuldades encontradas na prevalência de fatos associados a pessoas idosas que sofrem a violência psicológica e física, negligência e entre outros tipos de violência e descrever a qualidade dos registros de casos de violência contra a pessoa idosa, quanto ao acesso de direitos garantidos nas políticas públicas. Foi feita uma bibliográfica com abordagem qualitativa. O artigo destacou que é importante que todos os profissionais qualificados possam estar preparados para conduzir vítimas de violência em seus ambientes de trabalho e tenham consciência da importância da notificação dos casos e das estratégias de prevenção. É fundamental essa discussão entre estudantes, profissionais e familiares, para desmistificar os estereótipos negativos que existem sobre este segmento populacional a fim de garantir direitos, compreendendo a realidade que hoje vivenciam esses idosos no país, para que de alguma maneira se possa intervir no combate à violência contra a pessoa idosa.

Palavras-chave: Violência Física. Psicologia. Idoso.

ABSTRACT

The general objective was to analyze the difficulties encountered in the prevalence of facts associated with elderly people who suffer psychological and physical violence, negligence and among other types of violence and to describe the quality of the records of cases of violence against the elderly, regarding access to rights guaranteed in public policies. A bibliography was made with a qualitative approach. The article highlighted that it is important that all qualified professionals be prepared to handle victims of violence in their work environments and are aware of the importance of reporting cases and prevention strategies. This discussion between students, professionals and family members is essential to demystify the negative stereotypes that exist about this population segment in order to guarantee rights, understanding the reality that these elderly people experience today in the country, so that

in some way it can intervene in the fight against violence against the elderly.

Keywords: Physical Violence. Psychology. Elderly.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a expectativa de vida da população brasileira vem aumentando, resultando em um número grande de idosos no Brasil e no mundo. Isso se justifica pela queda nas taxas de fecundidade e mortalidade e inserção da mulher no mercado de trabalho, deixando o Brasil em sexto lugar em número de idosos (MARCARENHAS et al., 2012).

Com o envelhecimento populacional, vem sendo registrado nas últimas décadas, um progressivo aumento de fenômenos violentos em diversos segmentos da população, os idosos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é definido com uso de força física, ou do poder financeiro, abuso psicológico, negligência, contra si próprio ou contra o outro, um grupo ou comunidade (ABATH, LEAL, FILHO, 2012).

A violência contra o idoso é classificada de diversos tipos: violência física, psicológica incluindo ações verbais e não verbais, abuso sexual, financeiro, negligência e abandono, o que resulta em sérios problemas para a qualidade de vida do idoso, dentre eles lesões, traumas, falta de segurança, estresse psicológico, sofrimento, dor, perda dos direitos e aumento da morbidade e mortalidade dessa população (CASTRO, RISSARDO, CARREIRA, 2017).

A lei no 8.842/94 (Política Nacional do Idoso), o Decreto no 1.948/96 e a lei no 10.7041 (Estatuto do Idoso), são exemplos das diversas legislações em defesa da pessoa idosa. O Estatuto do Idoso, determina que nenhuma pessoa idosa poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão (PARÁIBA, SILVA, 2015).

Fenômenos de violência a pessoa idosa é categorizado como um problema de saúde pública, o que traz gastos para o sistema de saúde, e danos irreversíveis para a pessoa, tornando-se objeto de vigilância epidemiológica no Brasil (SILVA, DIAS, 2016).

Tendo em vista a importância da notificação, ela deve acontecer em todos os serviços sejam públicos ou privados, e se enquadra na lista de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde em todo território brasileiro, e proporciona uma ferramenta que promove políticas públicas que reduzam os riscos e danos associados a

violência. Por meio da notificação é possível reconhecer as formas de violência, suas vítimas e agressores, bem como desenvolver estratégias para prevenção e assistência adequada para as vítimas (PARAÍBA, SILVA, 2015).

A violência deve ser registrada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Esse sistema tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de governo. No que diz respeito a violência contra a pessoa idosa a notificação dos casos de violência sexual deve ser imediata, já os demais casos devem ser notificados no máximo de uma semana (SANTOS, GONÇALVES, FERREIRA, 2017).

Neste sentido a problemática desta pesquisa é a seguinte: quais as dificuldades encontradas na violência contra o idoso no ato de violência física e psicológica. Nesse contexto, apresenta-se como questões norteadoras desta pesquisa: Qual a incidência e a prevalência de casos notificados de violência contra a pessoa idosa? E qual é qualidade desses registros?

Para realizarmos essa discussão apresentamos como objetivo geral analisar as dificuldades encontradas na prevalência de fatos associados a pessoas idosas que sofrem a violência psicológica e física, negligência e entre outros tipos de violência é descrever a qualidade dos registros de casos de violência contra a pessoa idosa, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN quanto ao acesso de direitos garantidos nas políticas públicas. Utilizamos a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa que propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao objeto de estudo.

Como afirma Rodrigues (2006, p.86) a pesquisa bibliográfica que é “realizada a partir de fontes secundárias, ou seja, por meio de documento já publicado como livros, revistas e artigos científicos” De acordo com Chizzotti (1995, p.11), “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”. Contudo a pesquisa só existe com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo.

O artigo apresenta Introdução e estará subdividido em 4 partes sendo a primeira tratando de um breve relato do Contexto Histórico sobre envelhecimento Populacional Humano, segunda sobre a Tipificação contra o Idoso, terceira Políticas de Proteção, Riscos e Fatos contra a Violência ao idoso e quarta parte no qual se trata-se da Responsabilidade Profissional junto a Violência contra a Pessoa Idosa.

2 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL HUMANO

Diversos autores destacam que uma das questões primordiais que devem ser consideradas no estudo do envelhecimento é a necessidade de desnaturalização do processo como um todo, o qual não deve ser percebido apenas sob a ótica biológica, pois é mister que o pesquisador tenha um olhar abrangente sobre o fenômeno de maneira completa e integral, considerando aspectos e condicionantes econômicos, sociais, políticos e, primordialmente, culturais (VERAS, 1994; BIRREN; BENGSTON, 1988; MINAYO; COIMBRA JR., 2002; MOTTA, 2002).

Sob esta ótica contemporânea do envelhecimento, é possível contar com teorias que oferecem novos entendimentos acerca deste assunto. Áreas como a Sociologia e a Psicologia Sociohistórica, por exemplo, têm oferecido contribuições valiosas à compreensão dos fenômenos históricos, econômicos, etnográficos, culturais e sociais que versam sobre a velhice e o envelhecimento, ao tempo em que oportunizam uma abordagem multidisciplinar para a construção social e um entendimento mais amplo da velhice em todo o mundo.

Não existe um padrão único que possa definir o envelhecimento enquanto processo biológico, pois as funções orgânicas variam em ritmo, forma e intensidade, de acordo com cada organismo e história de vida. É, portanto, um processo único e individual. Porém o envelhecimento traz em seu bojo o entendimento de uma determinada sociedade acerca das alterações na aparência, no comportamento, na experiência pessoal e, mais ainda, nos papéis sociais desempenhados por indivíduos com 60 anos ou mais (BIRREN; BENGSTON, 1988).

Neste pensar, é correto afirmar que o envelhecimento não é um processo homogêneo, ou que tampouco possa ser explicado somente sob o ângulo cronológico, quantitativo e biológico apenas, posto que —se por um lado, o ciclo biológico próprio do ser humano se assemelha aos demais seres vivos [...] por outro lado, as várias etapas da vida são socialmente e culturalmente construídas|| (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 14).

Ainda nesta linha de entendimento, tem-se que o envelhecimento é um processo que não se refere tão-somente às condições físicas e orgânicas do indivíduo, mas que tem estreita relação com o discurso social no qual esse sujeito está inserido, a ideologia que

permeia e se infiltra na relação desse sujeito com seu próprio e suas ideais e seus objetos (MELLO; BURG, 2004).

Ao se entender o envelhecimento como um processo, é preciso ampliar a compreensão sobre suas etapas. Não se acorda velho, posto que ao longo dos anos o indivíduo passa a perceber sinais de envelhecimento através das mudanças nas funções biológicas, bem como de sua percepção sobre o mundo. Por conta disso, Berlinck (2000) passou a utilizar o termo “envelhescência” para se referir ao ato de envelhecer, um pouco mais a cada dia. Para o autor, a velhice é “um desencontro entre o inconsciente atemporal e o corpo, âmbito da temporalidade” (IDEM, p. 193).

De acordo com o entendimento do autor, a envelhescência é

[...] o puro reconhecimento deste estranho encontro que adquire um efeito de significante. A envelhescência é um significante como o ato falho, o sonho ou o dito espirituoso. Talvez seja até mais do que isso, pois supõe, necessariamente, um trabalho do eu, enquanto o sonho, o ato falho, o dito espirituoso, pode se resumir num sintoma, que se repete interminavelmente sem produzir, jamais, um efeito de subjetivação, a envelhescência é um ato de subjetivação! (IDEM, p. 195).

Assim, a envelhescência poderia ser comparável à adolescência, haja vista que ambas se referem às fases da vida em que o indivíduo passa por diversas mudanças, tanto físicas quanto psíquicas, repletas de conflitos, de tal sorte que somente ao pensá-las como o desencontro entre o inconsciente atemporal e o corpo, é possível apreender a dimensão dos conflitos suscitados.

2.1 Tipificação contra o idoso

A violência contra a pessoa idosa tem configurado como um dos temas mais frequente sem nossa sociedade. Essa realidade é fruto de uma crise política, social e econômica, afetando todos os setores de vida. O idoso é visto muitas vezes com preconceito, discriminando é caracterizado como ser incapaz, onde muitas vezes sua própria família os negligenciam. A violência proporciona um desrespeito aos direitos humanos, e é uma causa importante de lesões, doenças, isolamento e falta de esperança (LOPES et al., 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência contra o idoso como sendo, qualquer ato ou falta dele, único ou repetido, intencional ou voluntário, que proporcione danos ou sofrimento de natureza física ou psicológica, financeira ou material,

e uma redução da qualidade de vida da pessoa idosa. Essa pode ser praticada dentro ou fora do ambiente doméstico, por algum familiar ou não (SANTANA, VASCONCELOS, COUTINHO, 2016).

A violência contra a pessoa idosa pode ocorrer de diversas formas na sociedade, ainda sendo um problema de saúde pública, muitas vezes ainda é camuflada. Dentre essas formas podem ser consideradas, violência física, financeira, psicológica, sexual, valendo ressaltar a negligência, e o abandono como mais um item de violência contra o idoso (CASTRO, RISSARDO, CARREIRA, 2017). O fenômeno de violência é classificado em três dimensões: a violência sociopolítica; a violência institucional e a violência intrafamiliar. A sociopolítica, está relacionada a relações sociais que gerem desigualdades, exclusão e exploração dos indivíduos. A violência institucional, ocorre em institucionais de longa permanência para idosos, seja ela pública ou privada, que humilha ou resalta o idoso. A violência intrafamiliar ou doméstica ocorre nas relações familiares com idoso, com pessoas do convívio familiar. Qualquer desses tipos de violência, pode resultar em dor, fragilidade, desesperança, e até morte (LIMA, 2013).

A natureza da violência contra a pessoa idosa pode manifestar em várias formas. Brasil (2014) define-as como:

Violência Física: É aquela violência realizada a partir da força física, que acontece através de empurrões, beliscões, tapas, lançamento de objetos, e até uso de armas brancas ou de fogo. Esse tipo de violência tem por ocorrência na sua própria casa, ou na casa da sua família, e resulta em lesões e traumas que podem levar a internação hospitalar ou à morte.

Violência Financeira ou Material: É uma violência baseada na exploração ilegal com ou sem o consentimento da pessoa idosa em visão de seus recursos financeiros ou patrimoniais. Acontece em meios a pressão, chantagens ou ameaças, para que sejam cedidos, os bens ou dinheiro do idoso.

Negligência: Acontece quando há recusa ou omissão de cuidados necessários às pessoas idosas. Pode resultar também em abandono de carinho, atenção por parte dos familiares ou cuidador, deixando totalmente o idoso desprotegido.

Abandono: Resulta de várias maneiras, dentre elas: retirar o idoso da sua própria casa contra a sua vontade, isolar o idoso, conduzi-lo a uma instituição de longa permanência contra a sua vontade, deixá-lo sem assistência, permitindo que passe fome, se desidrate, seja privado de medicamentos, deixando o mesmo totalmente desprotegido.

Violência ou Agressão Psicológica: Representa todas as formas de menosprezo, desprezo, preconceito ou discriminação. Proporcionam ao idoso, medo, insegurança, sofrimento mental, e depressão. Acontece por meio de expressões verbais, atitudes e atos que causem um estresse psicológico para o idoso.

Autonegligência ou Autoabandono: É uma violência que diz respeito a conduta abusiva do próprio idoso, ameaçando a sua saúde, sua segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesmo.

Violência Sexual ou Abuso Sexual: É uma violência que se refere tanto ao ato sexual, com jogos sexuais, utilizando as pessoas idosas para ter excitação, relação sexual ou práticas eróticas e pornográficas. Essa agressão pode se manifestar, juntamente com violência física ou ameaça.

A violência contra a pessoa idosa está presente e evidente, e acontece de diversas forma e em diversas situações da vida social. Vale ressaltar a importância da denúncia e da notificação de qualquer um dos seus tipos, a comunicação a órgãos de autoridade e a atenção para qualquer um dos casos (PARENTE, 2013).

2.2 Políticas de proteção, riscos e fatos contra a violência ao idoso

A humanidade vive hoje umas das maiores conquistas da metade do século XX o aumento da expectativa de vida. Hoje a população se vive mais, isso é graças a diversas transformações, dentre elas a redução das taxas de mortalidade, e fecundidade influenciada por melhores políticas econômicas, sociais, avanços de tecnologia na saúde, saneamento, alimentação, educação, entre outros. Com isso a criação de diversos programas e políticas que asseguram a pessoa idosa (POLTRONIERI, COSTA, SOARES, 2015).

O avanço tecnológico na área da medicina, a melhora das condições do saneamento básico e o aumento da expectativa de vida, fazem com que o mundo presencie um fato novo: o envelhecimento populacional. Mesmo com a existência de um diploma legal, o Estatuto do Idoso, cujo objetivo é regular os direitos assegurados à pessoa idosa, esta faixa etária da população ainda é vítima das mais diversas formas de violência, principalmente a violência doméstica.

Assim como o referido Estatuto, a Constituição Federal brasileira e o Código Penal oferecem especial proteção aos idosos, tão marginalizados na nossa sociedade. Muitos,

ainda, desconhecem os seus direitos. Por este motivo, quando sofrem algum tipo de violência, se calam, não denunciam de modo alguns seus agressores.

No Brasil, a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003) consideram pessoas idosas indivíduos de 60 anos ou mais, garantindo ao idoso o direito a vida, à liberdade, à alimentação, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à saúde, dentre outros. E afirma em seu artigo 4º que nenhum idoso, poderá sofrer violência de qualquer um dos seus tipos (BRASIL, 2013).

A constituição federal de 1988 faz parte de um processo de redemocratização do Brasil. Foi um marco das políticas sociais brasileiras, por incluir o conceito de proteção social, baseados em princípios sócias e assistencialistas, de direito à cidadania. Relata que o idoso é sujeito de direitos e impede qualquer tipo de discriminação ao mesmo, e reafirma o direito à vida (MELO, 2010).

Em 1999, o Ministério da Saúde elaborou a Política Nacional do Idoso (PNI), na Lei nº 8.842, de janeiro de 1994, que tem por objetivo assegurar os direitos sociais dos idosos. E a Política Nacional de Saúde do Idoso, baseado na promoção da saúde e envelhecimento ativo e saudável, manutenção e reabilitação da capacidade funcional do idoso, promovendo sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (ALCÂNTARA, CAMARANO, GIACOMIN, 2016).

Pela Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 foi instituído o Estatuto do Idoso, composto por 118 artigos, no qual são estabelecidos os direitos dos idosos e são previstas punições a quem os violarem, dando aos idosos uma maior autonomia, proporcionando-os uma maior qualidade de vida, com o objetivo de promover e facilitar a inclusão social e garantir os direitos, trazendo grandes avanços para cidadãos da terceira idade (PEREIRA, 2018).

O Estatuto do Idoso em seu Art. 19 faz saber que os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos deverão ser objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde, públicos ou privados, e obrigatoriamente comunicados por eles aos órgãos competentes: Autoridade Policial, Conselhos de Direito do Idoso, Delegacia do Idoso e Ministério Público (MENEZES et al., 2016).

Existem outras formas de denunciar casos de violência contra a pessoa idosa, dentre elas, a ligação telefônica pelo disque 100, da Secretaria dos Direitos Humanos (SDH), em funcionamento 24 horas, em todos os dias da semana, garantindo anonimato do informante, além dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social

(CREAS), espalhados por todas as cidades, que atendem os indivíduos que tiveram seus direitos violados (XAVIER, MEDEIROS, NOVAIS, 2016).

2.3 Responsabilidade profissional e a violência contra a Pessoa idosa

O reconhecimento de um ato ou comportamento da violência, e o seu repúdio, estão diretamente relacionados às capacidades de percepção e sensibilidade de cada indivíduo, que por sua vez dependem de valores éticos. Só a ética faz perceber e repudiar um ato de violência. Portanto a ética precisa ser cultivada em todas as instâncias da sociedade, como instrumento de preservação da própria vida humana.

A ética é o conhecimento à serviço da vida. Usar a ética nos casos de violência conduz o profissional (e demais pessoas) à reflexão e a busca de respostas a uma situação que se mostra ambígua e extrema.

O profissional terá de se responsabilizar de acordo com Guimarães (2016) necessita considerar os fatores e motivos que podem desencadear as agressões, para que possa desta forma desenvolver estratégias para que aja um acolhimento, acompanhamento e que a dignidade dessa pessoa idosa venha a ser restaurada. A responsabilidade profissional continua a considerar que as faltas sucessivas dos idosos as consultas agendadas é um fator que deve ser levada em consideração pelo profissional, assim como qualquer tipo de lesão ou traumas sem uma justificativa plausível.

Musse (2015) acrescenta que desculpas como três quedas por ano, ou comportamento depressivos, desesperança são indícios de que o idoso pode estar sofrendo algum tipo de agressão física ou psicológica, desta forma é de real importância reformar a esses idosos que existem direitos que os amparam, inclusive órgãos competentes que atendem as notificações e denúncias de abuso.

Menezes (2014) discorre que há uma determinada dificuldade do profissional em perceber a violência em idosos com capacidade limitada ou reduzida. Uma vez que esses idosos sofrem com a humilhação, a autocensura, a incapacidade e o medo de represálias, bem como o receio em expor um integrante da família. Dessa forma particularidades culturais são barreiras que são capazes de fazer com que alguns idosos se tornem pouco propensos a manifestar possíveis abusos.

Uma das dificuldades em classificar o idoso vítima de violência está no feito de que nem sempre o próprio idoso possui percepção ou percebe que certos comportamentos

abusivos são violência. Similarmente segue nos relatos que ainda que o idoso possa ter consciência de que está sendo vítima de violência, ele omite o feito por medo de confessar ou incriminar o agressor, especificamente visto que é um indivíduo próximo, ou componente da família (CAMACHO, 2015).

De acordo com Figueroa (2007) existem elementos éticos que são de suma importância para que os profissionais enfrentem a violência contra a pessoa idosa, uma delas é o reconhecimento da dignidade das pessoas, incluindo o respeito por ser humano, ou seja, tendo empatia. Entretanto vale ressaltar que não é somente papel do profissional de saúde combater ou identificar algum tipo de violência sofrida pela pessoa idosa, mas sim toda a sociedade, pessoas envolvidas com estes, pois o que realmente importa é diminuir ou sanar o sofrimento destes idosos que sofrem com a violência em todas as esferas da sociedade (FIGUEROA, 2007).

Muitos profissionais se sentem inseguros em confirmar um caso de violência, principalmente quando esta não deixa lesões aparentes. A omissão do idoso e, muitas vezes, da família faz com que o julgamento do profissional seja baseado, sobretudo, em fatores subjetivos (psicológicos), o que leva à insegurança na tomada de decisão uma vez que existe uma tendência à valorização das lesões físicas como comprovação de ato violento.

3 CONCLUSÃO

Sobre a violência física e psicologia contra o idoso é extremamente frustrante sofrer agressão em sua própria casa, e pior por pessoas que ela tanta ama e confia, o que acaba causando revolta, ainda sim recua ao denunciar na maioria das vezes justificando tal agressão. Mesmo quando existe a denúncia o idoso ainda reluta em culpar o agressor, pois não deseja que o agressor sofra algum tipo de consequência, como ser preso, acabam colocando a culpa em drogas ou o consumo excessivo de álcool.

O objetivo deste artigo foi alcança as perguntas norteadoras que permitiu levantar um material criterioso acerca da violência física e psicológica contra os idosos, caracterizando essas violências, discutiu-se sobre os desafios enfrentados a frente dessa problemática e em como este pode agir juntamente com uma equipe multidisciplinar afim de garantir os direitos e a saúde da pessoa idosa que sofre agressão.

É importante ressaltar que todos os profissionais qualificados precisam conhecer a temática, e possam estar preparados para conduzir vítimas de violência em seus ambientes de trabalho. Que os mesmos tenham consciência da importância da notificação dos casos e das estratégias de prevenção.

Sendo necessário uma discussão maior sobre a temática, a realização de mais estudo na área. Compreende-se que é fundamental importância a discussão dessa problemática entre estudantes, profissionais e familiares, para desmistificar os estereótipos negativos que existem sobre este segmento populacional.

Também é de suma importância que todos sejam envolvidos na luta de garantia de direitos, compreendendo a realidade que hoje vivenciam esses idosos no país, para que de alguma maneira se possa intervir no combate à violência contra a pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

- BIRREN, J. E.; BENGSTON, V. L. Emergent theories of aging. New York: Springer, 1988.
- BOCK, et al, 2009 – BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- MINAYO, M. C. S; COIMBRA JR., C. E. A. (orgs.). Coleção Antropologia e Saúde: Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- MELO, 2010 - MELLO, J.F; BURG, M. Doença e família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- BERLINCK, M. T. Psicopatologia Fundamental. São Paulo: Escuta, 2000.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 2001. 163p.
- LOPES, L. G. F. et al. Violência contra a pessoa idosa. Revista de Enfermagem UFPE. v. 12, n. 9, p. 2257-2268, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistaenfer>. Acesso em: 02 de nov. 2019.
- SANTANA, I. O.; VASCONCELOS, D. C.; COUTINHO, M. P. L. Prevalência da violência contra o idoso no Brasil: revisão analítica. Arquivos Brasileiros de Psicologia. v. 68, n. 1, p.126-139. Set. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v68n1/v68n1a11.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.
- CASTRO, V. C.; RISSARDO, L. K. CARREIRA, L. Violência contra os idosos brasileiros: uma análise das internações hospitalares. Revista Brasileira de Enfermagem. v. 71, n. 2, p.830-838. Mar 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s2/pt_0034-7167-reben-71-s2-0777.pdf. Acesso em: 13 mai. 2019.

LIMA, H. C. P. Violência Intrafamiliar Contra a Pessoa Idosa: um estudo realizado no CREAS de Maracanaú/CE. 2013. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade Cearense, Curso de Serviço Social, 2013.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Manual de Enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar. 2014.

PARENTE, L. F. S. Violência contra a pessoa idosa: desafios contemporâneos para os profissionais de serviço social. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade Terra Nordeste (FATENE), Curso de Serviço Social, 2013.

GUIMARÃES DBO, Mendes PN, RODRIGUES IS, Feitosa CDA, Sales JCS, Figueiredo MLF. Caracterização da pessoa idosa vítima de violência. Rev Enferm UFPE on line. 2016 Abril; 10(3): 1343-1350.

MUSSE J, RIOS MHE, Atuação do enfermeiro perante a violência doméstica sofrida pelo idoso. Estud. Interd. Envelh. 2015; 20(2): 356-379.

MENEZES, Maria do Rosário et al. A violência doméstica contra o idoso identificada em um panorama de assistência domiciliar: estudo de caso. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 10, n. 4, p. 1050-1056, dez. 2014.

CAMACHO A, ALVES R. Maus tratos contra os idosos na perspectiva da enfermagem: revisão integrativa. J Nurs Universidade Federal de Pernambuco - Pernambuco – 2015.

FIGUEROA, AA. Aspecto éticos vulneráveis em situações de violência: sua importância em na formação da enfermagem. Invest. educ. enferm.[serial online] [cited 2007 julho 10] ; 23 (2):1

POLTRONIERI, C. F.; COSTA, J. S. SOARES, N. Políticas públicas à pessoa idosa: breve discussão da proteção social. Serviço Social em Revista. v. 24, n. 3. Jun. 2015. Disponível em:

<http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/35>

_politic as_publicas. .pdf. Acesso em: 13 Mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso - 3. Ed. Brasília, 2013.

MELO, A. S. C. Políticas Públicas e Direitos dos idosos. Revista ESMAT. v. 2, n. 2, p. 1-21. Out. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34060/reesmat.v2i2.147>. Acesso em: 13 Mai. 2019.

ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. M.; GIACOMIN. Política Nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, B. A. Envelhecimento populacional: agenda de políticas públicas e a realidade de idosos no Brasil. 2018. Monografia (Bacharel em Gestão Pública) – Departamento de

Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MENEZES, M. R. et al. Enfermagem Gerontológica: um olhar diferenciado no cuidado biopsicossocial e cultural. São Paulo: Martinari, 2016.

XAVIER, J. N. S. B.; MEDEIROS, J.; NOVAIS, L. S. A violência contra a pessoa idosa: uma análise no âmbito da assistência social e da saúde. 2016. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, 2016.

AUTORES



Aline Davis da Silva

Enfermeira pelo Instituto de Inovação e Tecnologia – IEDI.

Aline Lima

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: aline.lima.016@ufrn.edu.br

Bianca Karoline Milanez Tosin

Engenheira Agrônoma, Especialista em Extensão e Desenvolvimento Rural, Preceptora de Estágio no Instituto de Educação e Inovação – IEDI, tosinagronomia@gmail.com

Camilly Silva

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: camilly.vitoria.707@ufrn.edu.br

Cleiton José Lemos de Oliveira

Especialista em elaboração de projetos sociais e escuta qualificada de crianças e adolescentes pela faculdade Brasil Amazônia, FIBRA. Email: cleitonjoseleamos3@gmail.com

Fernanda Ferreira

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: fernanda.ferreira.112@ufrn.edu.br

Jéssica Milanez Tosin Lima

Engenheira Agrônoma, Mestra em Agronomia, Docente no Instituto de Educação e Inovação – IEDI, jessica.mtosin@hotmail.com

Lais de Brito Carvalho

Engenheira Agrônoma, Mestra em Agronomia, Doutoranda em Agronomia pela UFRR

Letícia Duarte

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail:
leticiaduarte.703@ufrn.edu.br

Livia Maria Lima de Jesus

Assistente Social pela Universidade Federal do Maranhão (2023). E-mail:
liviamaria3359@gmail.com

Vera Lucy Brandão

Engenheira Agrônoma, Empresária Yu' PrimaVera, veral.rebello@gmail.com

Wolney Costa Parente Júnior

Engenheiro Agrônomo de Agricultura de Roraima, Mestrando em Agroecologia pela UERR.

A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades. Essa definição holística reconhece a interconexão entre o corpo, a mente e o espírito, e a importância de manter o equilíbrio em todas essas áreas para uma vida saudável e plena.



Conexão entre Corpo, Mente e Espírito

Esses três aspectos da saúde estão profundamente interligados. Por exemplo, o estresse mental pode levar a problemas físicos, como hipertensão ou problemas digestivos, e também pode afetar a saúde espiritual, resultando em uma sensação de perda de propósito. Da mesma forma, cuidar do corpo através de exercícios pode melhorar a saúde mental, liberando endorfinas que promovem bem-estar, e pode fortalecer a saúde espiritual ao aumentar a conexão consigo mesmo e com o mundo ao redor.

A busca pelo equilíbrio entre corpo, mente e espírito é essencial para uma vida saudável e realizada. Ignorar um desses aspectos pode levar a um desequilíbrio que afeta a qualidade de vida como um todo.


Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492098-8

